



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DISCENTE: FERNANDA SUYANE AVELINA DOS SANTOS  
ORIENTADOR: DR. ISRAEL SOARES DE SOUSA  
CURSO: LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**RESISTÊNCIAS E LUTAS ESTUDANTIS: O CENÁRIO DA DITADURA  
MILITAR NA CIDADE DE CAJAZEIRAS**

**CAJAZEIRAS - PB  
2017**

**FERNANDA SUYANE AVELINA DOS SANTOS**

**RESISTÊNCIAS E LUTAS ESTUDANTIS: O CENÁRIO DA DITADURA MILITAR  
NA CIDADE DE CAJAZEIRAS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

**Orientador:** Prof. Dr. Israel Soares de Sousa.

**CAJAZEIRAS – PB**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764

Cajazeiras - Paraíba

S237r Santos, Fernanda Suyane Avelina dos.

Resistências e lutas estudantis: o cenário da ditadura militar na cidade de Cajazeiras / Fernanda Suyane Avelina dos Santos. - Cajazeiras, 2017.

64f.: il.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2017.

1. História - Cajazeiras - Paraíba. 2. Ditadura Militar. 3. Movimento estudantil. 4. Cajá. I. Sousa, Israel Soares de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

**FERNANDA SUYANE AVELINA DOS SANTOS**

**RESISTÊNCIAS E LUTAS ESTUDANTIS: O CENÁRIO DA DITADURA MILITAR  
NA CIDADE DE CAJAZEIRAS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

**Orientador:** Prof. Dr. Israel Soares de Sousa.

Aprovada em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_ Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa (Orientador)

---

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos (Examinador 1)

---

Prof. Ms. Isamarç Gonçalves Lôbo (Examinador 2)

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão acerca da Ditadura Militar (1964-1985) instaurada no Brasil e suas influências no contexto da política paraibana e na cidade de Cajazeiras. Em 1º de abril de 1964, era instaurado em nosso país um regime ditatorial, que alterou totalmente o sistema político, inserindo uma cultura de repressão, perseguição, torturas e mortes. Na Paraíba, não fora diferente, o regime militar fora influente a ponto de cassar o governador do Estado, uma vez que este não se mostrava a favor dos militares. Na cidade de Cajazeiras, localizada no alto sertão do estado, a ditadura militar foi fortemente apoiada por seus representantes e o contexto de terror também assolou as pessoas do local. No entanto, o surgimento de militâncias, como o movimento estudantil cajazeirense, desafiava e lutava contra o regime, mostrando dessa forma a insatisfação de parte da população, que por não concordar com os ideais defendidos pelos militares não obtinham quaisquer benefícios com o sistema. Ao contrário, eram altamente perseguidos, presos e até mesmo mortos por afrontarem o sistema político vigente. Sendo assim, baseamos nosso trabalho na bibliografia já existente a respeito da ditadura no Brasil e na Paraíba, e nos relatos de Edival Nunes da Silva, conhecido como Cajá, que vivenciou e sofreu com o regime na cidade de Cajazeiras, sendo ele um militante do movimento estudantil, por ele fundado na cidade, ressaltando acontecimentos de relevado destaque do período, bem como analisando as suas experiências e importância dos movimentos contestadores do regime.

**Palavras - chave:** Ditadura Militar, Cajazeiras, Movimento Estudantil, Cajá, Paraíba.

*Dedico este trabalho á Marcelo Henrique Formiga Nunes (In Memoriam), que esteve presente conosco por quase toda a totalidade de nossa formação, e que tanto sonhou com esse momento.*

## AGRADECIMENTOS

O desejo de vitória é uma necessidade que se faz presente em muitos momentos de nossa vida, principalmente quando almejamos algo que parece ser tão difícil. O caminho é árduo, cheio de situações inesperadas que trazem o sentimento de medo, ansiedade e impotência, mas que aos poucos vão desaparecendo e dando lugar ao prazer do dever cumprido.

Agora posso dizer que venci mais uma etapa e faço o seguinte desabafo: o percurso rumo à realização de um sonho não é fácil, mas os bons resultados são obtidos a partir da paciência e compreensão. Não adianta ter pressa, tudo tem o seu devido tempo, não adianta querer burlar as etapas.

Durante o meu percurso acadêmico passei por inúmeros obstáculos e até pensei que não conseguiria chegar até o fim, mas me surpreendi. Então, estou aqui para agradecer aos que se fizeram presentes nessa longa caminhada.

Primeiramente a Deus, que me deu a sabedoria e a paciência necessária, para passar por cada etapa dessa jornada.

A minha mãe Auzenir Avelina dos Santos e minha vó, Raimunda Anna de Abreu, pelos exemplos de responsabilidades, honestidade e por incentivarem minhas escolhas. Que não mediram esforços para me educar. Representam para mim algo incomensurável, não só por sua honestidade, mas também pela bravura em desempenhar tão bem os papéis de mãe e pai. Nunca deixaram de serem presentes em minha vida, serei eternamente grata!

As amigadas construídas no decorrer da formação acadêmica que dividiram comigo tantas alegrias, tristezas, angústias e vitórias.

Em especial, aos queridos, Andressa Martins pelos momentos de alegria compartilhados. Poliana, essa pessoa que transborda conhecimento, com um coração gigantesco que nunca mediu esforço para ajudar no que foi possível à turma. Leonardo, não tenho palavras que consiga explicar o sentimento que tenho por ele, desde o início até o final, sempre me acompanhou nas minhas loucuras, meu verdadeiro parceiro. Maria Hilda, minha grandona pessoa digna de toda minha admiração, que nunca desistiu apesar de todas as dificuldades, não é fácil ser mãe, esposa, filha, trabalhar e ainda ser estudante de História. Gabriela Lontras, uma pessoa de luz, que com seu carisma conquista a todos, tem uma

paciência invejável, o seu sobrenome poderia ser amor, e a Guilherme essa pessoa que aprendi a gostar, com seu jeito único. Uma amizade que levarei para sempre comigo Adoro vocês!

A minha doce Maria Isabela, que em meio a um ambiente de tantas cobranças, responsabilidades, porque não dizer estresse, fez brotar um sentimento único, a forma mais bela de uma grande amizade, deixando minhas noites mais leves e alegres. Amo você!

Ao meu primeiro orientador, Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto, que começou essa caminhada comigo, mas infelizmente ou felizmente teve que se ausentar por uma causa nobre, que foi seu pós-doutorado. Ao Prof. Dr. Israel Soares de Sousa, que humildemente aceitou nessa última etapa compartilhar seu vasto conhecimento acerca do tema, para que eu pudesse chegar até o fim. Obrigada pela compreensão, entusiasmo e apoio na elaboração desse trabalho.

Ao corpo docente, do campus UFCG-CFP, por terem contribuído para minha formação.

Edival Nunes, por sua grande contribuição para essa pesquisa, apesar de ser uma pessoa muito ocupada, não poupou esforço para me ajudar. O meu muito obrigada.

E por fim, agradecer a todos que fazem parte da UFCG-CPF. Deste modo, contribuíram imensamente para a minha formação profissional.

Finalizo brindando com todos, o sabor doce da VITÓRIA!



*“(...) Perdoem por tantos perigos  
Perdoem a falta de abrigo  
Perdoem a falta de amigos  
Os dias eram assim (...)  
E quando passarem a limpo  
E quando cortarem os laços  
E quando soltarem os cintos  
Façam a festa por mim (...)”*

*(Ivan Lins e Vitor Martins)*

## LISTA DE IMAGENS

Imagem I: Jango em visita oficial na China.....	17
Imagem II: Manifestação das Ligas Camponesas nos anos 1960.....	27
Imagem III: Foto ilustrativa para demonstração de como era o método de tortura, caldeirão do Dragão.....	31
Imagem IV: Foto ilustrativa para demonstração de como era o método de tortura, Pau-de-arara.....	32
Imagem V: Foto ilustrativa para demonstração de como era o método de tortura, Afogamento.....	33
Imagem VI: Foto ilustrativa para demonstração de como era o método de tortura, Geladeira.....	33
Imagem VII: Fotografia da fachada da Difusora Rádio Cajazeiras.....	40
Imagem VIII: Foto do atentado ao Apolo XI.....	42
Imagem IX: Notícia do atentado ao Apolo 11.....	44
Imagem X: Edival Nunes, conhecido como Cajá.....	46
Imagem XI: Edival Nunes da Silva, Cajá, líder estudantil e dirigente político.....	51

## **LISTA DE SIGLAS**

**UND**– União Democrática Nacional

**UDC** – União Democrática Cristã

**PDC** – Partido Democrático Cristão

**PR** – Partido Republicano

**PL** – Partido Liberal

**PCP** – Partido Comunista Português

**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro

**UNE** – União Nacional Estudantil

**ARENA** – Aliança Renovadora Nacional

**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**PSD** – Partido Social Democrático

**CGT** – Comando Geral dos Trabalhadores

**PUA** – Pacto da Unidade e Ação

**CEPLAR** – Campanha de Educação Popular da Paraíba

**JUC** – Juventude Universitária Católica

**SAPPP** – Sistema de Acompanhamento da Padronização do Processo Produtivo

**MST** – Movimento dos Sem Terra

**API** – Associação Paraibana de Imprensa

**PM** – Polícia Militar

**PCR** – Partido Comunista Revolucionário

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I - A VISÃO DA DITADURA MILITAR EM UM CENÁRIO NACIONAL.....</b>	<b>15</b>
1.1. A ditadura militar no Brasil.....	15
<b>CAPÍTULO II – DITADURA MILITAR NA PARAÍBA: FATOS RELEVANTES.....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO III – CAJAZEIRAS E AS FORÇAS ESTUDANTIS.....</b>	<b>37</b>
3.1. Os estudantes paraibanos no cenário de ditadura.....	37
3.2. A ditadura militar no cenário cajazeirense.....	39
3.3. A censura como instrumento de batalha .....	40
3.4. Atentado ao Cine Apolo XI.....	42
3.5. Representante estudantil e militante, vivendo a ditadura!.....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

Em 2014 o Brasil completou 50 anos do golpe militar, um período de tantas mudanças no país que é lembrado através das memórias vivas de muitos daqueles que vivenciaram esse momento. Uma parte da história que durou longos 21 anos, tendo início em 1964 e perdurando até 1985, momento no qual foi instaurada a nova República, com o governo de José Sarney.

Às vésperas do Golpe Militar, o atual presidente era o Sr. Jânio Quadros e seu vice, Jango. Após a renúncia de Jânio, Jango assumiu a presidência, permanecendo e resistindo o quanto pode ao golpe, pois acreditava que poderia implementar políticas de reformas estruturais no país.

Jango que foi acusado de ter ideais comunistas, buscou implementar políticas que pudessem fazer do Brasil um país mais igualitário. Jango resistiu a uma primeira tentativa de golpe, que não deu certo, porém, na segunda tentativa, os militares tomam o poder, e em 01 de abril de 1964, Jango é mandado para o exílio e inicia-se uma nova era para os brasileiros, o regime militar.

A partir de então, cinco generais revezaram o poder no país, homens com muito pulso, voltados para a disciplina militar estavam conduzindo toda uma nação. Em meio a esse período houve movimentos de resistências, quando estudantes e operários começaram a se manifestar contra o regime em todo o país, e mediante a isso surgiu no governo do General Arthur Costa e Silva o Ato Institucional AI-5, um decreto que feriu os direitos políticos dos cidadãos, dando totais poderes ao presidente para prender e exilar quem fosse contra o regime.

No nordeste brasileiro, a Paraíba como todos os outros estados, passava por momentos de mesma repressão ou ascensão nas mais variadas cidades, isso vinha a depender do lado em que se encontravam os seus representantes.

No Estado da Paraíba, o então governador, Pedro Gondim, tentou manter uma postura imparcial ao que acontecia no regime, defendeu a reforma agrária e os direitos dos estudantes a meia passagem, porém, por medo das repressões contra seu governo e contra si, permaneceu a favor dos militares. Após o governo de Pedro Gondim, sucedeu-o João Agripino, o primeiro governador cassado pelo Ato Institucional nº5 no Brasil, por ser contra os ideais militares.

Nessa parte da história é notório acrescentar que não se tinha muita escolha, ou se estava a favor da ditadura ou contra ela.

A população no geral desfrutava da aparente estabilidade da economia, os que se aliaram ao partido de situação transformaram suas economias e cidades prósperas. Uma dessas economias prósperas e aliadas a UDN e ARENA era a cidade de Cajazeiras, que no início da ditadura era administrada pelo então prefeito Francisco Matias Rolim, que liderou a cidade e é representado na literatura local como um prefeito que prestigiou a cidade com muitas escolas, ruas e obras que até os dias atuais aquecem sua cultura e economia. Porém, os que eram contra o regime militar podiam ser cassados, mortos ou torturados, como no caso de muitos estudantes, a exemplo do Sr. Edival Nunes, o Cajá.

O interesse por essa temática, tão comentada nos últimos tempos e tão recente nas mentes dos que viveram esse período de maneira tão intensa se deu a partir de estudos durante o período de graduação. Assim, nosso objetivo é discutir a ditadura militar no Brasil, com um recorte espacial voltado para compreensão de episódios dessa época na cidade de Cajazeiras. Buscamos assim, entender como tudo isso foi vivido por representantes das classes estudantis da cidade. Com o objetivo de organizar o trabalho, dividimos o texto em três capítulos: no primeiro contextualizamos a ditadura no Brasil a partir, principalmente de seus aspectos políticos; no segundo capítulo buscamos discutir episódios da ditadura no Estado da Paraíba como um todo; já o último capítulo foi dedicado aos desdobramentos do movimento estudantil no período da ditadura, na cidade de Cajazeiras, através dos relatos do militante Cajá.

Desta forma, através de um estudo qualitativo, buscamos apresentar nesse trabalho, as vivências e experiências do militante Cajá em relação as suas lutas por direitos civis e humanos, interagindo com os acontecimentos da ditadura a nível nacional, estadual e local, já bem descritos por diversos autores.

## CAPÍTULO I

### A VISÃO DA DITADURA MILITAR EM UM CENÁRIO NACIONAL

#### 1. A ditadura Militar no Brasil

Os países da América Latina, depois da Segunda Guerra Mundial, buscavam força e apoio para o crescimento e desenvolvimento de suas nações. Brasil, Argentina e México, por exemplo, fizeram parte desse processo na busca por capitais internacionais. Assim, nos anos de 1950 começaram a estabelecer políticas de negociações internacionais a fim de atrair indústrias para seus territórios, em prol de aquecer suas economias e alcançar mais poder econômico.

Em função disso, alguns países obtiveram recursos financeiros e estabeleceram índices positivos de crescimento econômico, como no caso do Brasil. Durante o governo de Juscelino Kubitschek, que apresentou como bandeira política um avanço de cinquenta anos em cinco, o Brasil passou por um período de relativo desenvolvimento, principalmente nos anos 1960.

Anos depois, Jânio Quadros, eleito com a maior quantidade de votos na história do Brasil até aquele momento, contabilizando seis milhões de votos, uma vez que obteve o apoio de vários partidos que se uniram para elegê-lo (UDN, UDC, PDC, PR e PL), entre outros, em sua campanha adotou a vassoura como símbolo, pois afirmava que faria uma limpeza no planalto.

Dessa forma, juntamente com João Goulart, eleito vice-presidente pelos partidos PCP/PTB, iniciou um governo moralizador. Em sua fala, a limpeza dizia respeito ao fim da corrupção e do empreguismo, onde afirmava que seu governo seguiria a linha: “o tostão contra o milhão”, ou seja, um governo para os pobres, fazendo com que conquistasse diversas camadas. Em 1961, Jânio prometeu arrumar a casa priorizando combater gastos públicos e tornar equilibrada a dívida externa, promessa que o fez tomar medidas como cortar a ajuda para a importação de trigo e petróleo. Ele ainda rompeu acordos econômicos com os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se aliou com diversos países socialistas, o que acende a desconfiança dos países capitalistas em plena Guerra Fria no mundo.

Além disso, Jânio perdeu o apoio de parlamentares devido a inquéritos que o mesmo havia instalado, governando assim sem apoio estatal. Os países começaram a desconfiar da parceria comunista, e os salários congelaram ao passo que a inflação continuava a crescer. O cenário social no país era efervescente, a sociedade buscava liberdade econômica, mas também lutava por direitos sociais de uma maneira ímpar, dentro desse contexto e com o isolamento político marcou-se a renúncia de Jânio Quadros em 1961:

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública. Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia.

Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos e de todos para cada um. *Brasília, 25 de agosto de 1961. Jânio Quadros*" (BOMFIM, 2011)

Jânio tinha metas de continuar com o crescimento e a expansão da economia, já que o Brasil vinha de um aparente<sup>1</sup> crescimento com Juscelino Kubitschek. Além disso, existia toda uma crença no mito Vargas, o “rei dos pobres”, figura associada a Jânio, que apresentava um discurso carismático e uma grande vontade de fazer diferente. No entanto, Jânio não emplacou a limpeza, símbolo de seu governo. Não sendo capaz de varrer toda a problemática do país, o crédito fácil não mais existia, e a inflação tomava conta do comércio, os trabalhadores sofriam toda a conjuntura das promessas não cumpridas. (REIS, 2005).

Com renúncia de Jânio quadros, conseqüentemente assumiria seu vice João Goulart, porém, em um primeiro momento, os ministros da marinha, exército e aeronáutica vetaram a posse do mesmo, pois existia o medo de que Jango (apelido pelo qual era conhecido)

---

<sup>1</sup> Aparente, pois a construção de Brasília trouxe para o Brasil um endividamento externo, além de alta inflação e arrocho salarial.



transformasse o Brasil numa política sindicalista, sofrendo veementes acusações de possuir tendências comunistas. Isso porque, Jango estava de visita à China Comunista e quase teve sua volta impedida para que não assumisse a presidência.



Figura1: Jango em visita oficial na China.<sup>2</sup>

Diversas notícias circulavam a respeito de Jango, uns a favor e outros contra a sua posse. Mas, o congresso, a fim de resolver a questão do cargo presidencial instituiu uma emenda constitucional em que modificava o sistema de governo para o parlamentarista, reduzindo assim o poder de Jango no cenário político.

Desta forma, João Goulart fora aceito como presidente, já que o parlamento por sua vez, assumiria funções de maior relevância. No entanto, esse sistema seria mantido durante nove meses, já que posteriormente haveria um plebiscito para decidir se o país manteria o parlamentarismo ou retornaria ao presidencialismo.

Em 1964, depois de várias manobras políticas, o Governo de João Goulart voltou para o sistema presidencialista, tendo esse assumido todo o poder do qual havia sido destituído. Nesse período, as taxas de desenvolvimento caíram e Jango lançou o Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico e Social<sup>3</sup>, para que houvesse baixa da inflação. Além disso, tornou-se sendo necessário cortar os gastos públicos, renegociar as dívidas externa, em contrapartida, alguns economistas apontam que o aumento dado aos funcionários públicos fez

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.clebinho.pro.br/wp/?p=8916>. Data de acesso: 29 de setembro de 2017.

<sup>3</sup> O programa tinha por objetivo a redução da inflação e a redução da dívida externa, porém não alcançou seus objetivos, e a inflação voltou a crescer.

com que o plano perdesse a visibilidade positiva, o que haveria provocado queda na produção industrial e, conseqüentemente o aumento do desemprego.

A situação do país era de efervescência, surgiram movimentos sociais que lutavam por conquistas de direitos e uma série de eventos contribuía para mudanças e lutas, as reformas de base começaram a ser discutida, entre elas a distribuição de terras. Houve movimentos sindicais, diversas greves surgem com Comando Geral dos Trabalhadores, que apesar de ser considerado ilegal, foi representado por Ligas Camponesas, também os estudantes se movimentaram, formando a UNE (União Nacional dos Estudantes) que defendia a reforma universitária.

Todas às vezes nas quais os cidadãos se reuniram publicamente para expressar sua opinião política não foram bem interpretados, durante o governo de João Goulart, por exemplo, as manifestações sociais ganharam visibilidade, ampliando forças.

Nesse período, no auge da Guerra Fria, esse aumento de participação democrática foi expressivo para reivindicação de políticas públicas, sociais e governamentais e com os investimentos estrangeiros o panorama do Brasil foi favorecido para o crescimento concentrado de uma política muito particular ao mesmo tempo em que também causou dicotomia internacional.

João Goulart trabalhou veementemente para efetivar a democracia no Brasil. Essa direção governamental, considerada leve por alguns movimentos sociais reformistas e nacionais tirou da zona de conforto os conservadores que eram contrários aos ideais do presidente. Nesse contexto, a União Democrática Nacional (UDN), as forças armadas, a Igreja Católica, proprietários de terras e muitos empresários nacionais, além de investidores internacionais se reuniram para desestruturar o governo e apoiar o golpe. “O golpe, portanto, tornou-se inevitável, pois decorreu de um agudo acirramento do conflito social, que ganhou dimensões de disputa política e ideológica”. (DELGADO, 2009, p. 131).

A literatura que investiga a Ditadura Militar no Brasil aponta que o processo de golpe no país teve apoio de vários grupos organizados, cada qual, com seu interesse, atrelado seja a questões econômicas, sociais ou políticas, mas destacam-se como grupos mentores desse processo: a Escola Superior de Guerra, parte expressiva do empresariado nacional, latifundiários e demais proprietários rurais, segmentos conservadores da Igreja Católica, capital internacional que tinha interesses no Brasil e entre os partidos políticos, principalmente a União Democrática Nacional (UDN).

Diante de tudo isso, é inegável afirmar que se formou um discurso social para justificar o golpe de 1964, construindo-se uma imagem de um João Goulart corrupto e comunista. De outro lado criminalizaram as organizações populares, tratadas como badernas ou movimentos terroristas muitas vezes. Ou seja, essa conjuntura mostra de maneira confusa o que se passou em todo o período de pré-golpe, onde, ainda hoje, muitas pesquisas históricas apontam que a direita enxergava Jango como corrupto influenciado por comunistas, enquanto à esquerda o via como um burguês que estava montando um golpe pela massa.

Em 14 de abril de 1963, reuniram-se na estação ferroviária Central do Brasil, cerca de 250 mil pessoas, o comício das reformas ou comício central como ficou conhecido esse ato, queria mobilizar o apoio das massas ao presidente e suas iniciativas, o ato foi marcado para acontecer três dias antes da abertura do ano legislativo no Congresso, ocasião em que Jango mandaria uma mensagem aos parlamentares. O edital de convocação para o comício deixava claro seus objetivos: demonstrar a disposição do governo em programar reformas agrárias, bancária, administrativa, universitária e eleitoral.

Depois disso, 500 mil pessoas fizeram a Marcha da Família, esse foi o nome comum de uma série de manifestações públicas ocorridas entre 19 de março e 8 de junho de 1964 no Brasil, em resposta a ameaça comunista representada pelas ações dos grupos radicais e pelo discurso no comício realizado pelo então presidente Jango, onde se idealizava lutar, protestar! Depois de uma revolta militar em 1964, as tropas de Minas Gerais iniciam os movimentos, e forças em todo o país apoiaram o Golpe de estado. (MELLO, 2000).

Em artigo publicado na Revista Brasileira de História, Mattos (2008), afirma que, nesse período, o processo que desencadeou o golpe militar girou em torno de dois pontos cruciais, sendo um desses pontos as questões econômicas, pois o acúmulo de bens, assim como ainda hoje, era por parte de poucos, os que eram ricos ficavam mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres. Outro ponto foi à luta de trabalhadores que reivindicavam condições melhores de vida e participação social através da reforma agrária, ainda muito implícita na constituição.

Além disso, naquela década o espectro das ideologias comunistas pairava sobre os mais distantes campos do país, motivo dos mais relevantes para o avanço do Golpe Militar. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2002), o Comunismo seria:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e

fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2002, p. 21).

Vale ressaltar ainda, que os debates em torno das disputas partidárias, ou seja, um movimento próprio de embates ideológico ampliou a problemática do governo Jango, as questões econômicas, sociais e políticas.

Após a tomada do poder pelos militares, Jango foi para o Uruguai, deportado, permaneceu por lá até a morte, voltando para o Brasil apenas seu corpo para ser enterrado.

Em relação aos motivos que fizeram estourar o golpe militar no Brasil, Gláucio Ari Dilon Soares e Maria Celina D'Araujo (1994) afirmam que:

De toda forma tem razão Argelina Figueiredo que afirma que o golpe que “instaurou o regime militar em 1964, no Brasil, não foi resultado de uma todo poderosa, conspiração direitista contra o regime anterior. Tão pouco foi a consequência inevitável de fatores estruturais políticos c/ou econômicos, alguns dos quais já atuavam quando, em 1961, um golpe militar foi abortado. (SOARES, D'ARAÚJO, 1994, p. 55).

Corroborando com o que já havíamos afirmado a autora nos leva a crer que existia uma intenção muito mais articulada do que a de salvar o Brasil da catástrofe econômica ou social. Mas, além disso, existiam interesses particulares políticos, já que nessa época e com a instauração do regime militar, foram desfeitos todos os partidos políticos. Então se levava a crer que as coisas estavam para mudar, principalmente engessando todo o movimento democrático e de mobilizações sociais que se faziam fortes no cenário social e político do país durante o período pré-golpe.

O Congresso Nacional anunciou vaga à presidência da República, empossou-se então Ranieri Mazzilli<sup>4</sup>, novo presidente do país, pondo uma pedra no sistema de democracia brasileira.

Em 1º de abril de 1964 foi instaurado no país o regime militar, começando a partir daquela data toda uma era política de autoritarismo, na qual os direitos regidos na constituição foram suspensos, anunciando muitas prisões para aqueles que não obedecessem ao regime, além de verdadeiras torturas para aqueles que agissem como opositores ao governo. Nesse

---

<sup>4</sup> Ranieri Mazzilli era o presidente da Câmara dos Deputados, e assumiu a presidência do país interinamente, ou seja, temporariamente, já que Jânio Quadros havia renunciado o cargo e seu vice, João Goulart, não estava no país. Além disso, setores civis e militares não apoiavam a sua posse do mesmo. (SCHNEERBERGER, 2010, p. 398-399).

período, a economia e o setor de serviços vivenciaram aparentes momentos de modernização a partir da oportunidade de abertura para o capital estrangeiro.

Nessa época, podemos dizer que o Brasil passou por uma revolta social e um golpe doloroso nos processos democráticos, uma vez que as populações menos favorecidas, além de não terem muita opção de participação, se não seguissem as ordens regidas da época pelos atuais representantes desde então, seriam submetidos a violentos processos de privação e tortura.

Assim, surgiram oposições contrárias de todos os lados ao regime, o que fez eclodir greves de trabalhadores, estudantes, bancários, metalúrgicos e, todas elas eram consideradas pelo governo militar como atentados a ordem instituída naquele período. Os estudantes eram considerados baderneiros e em função disso eram punidos com prisões e tortura, tudo isso em um cenário de retrocesso e poucas expectativas para o país.

Para os militares os “subversivos”<sup>5</sup> queriam revolucionar o país, baseados nos exemplos de outros países. Assim, começaram a agir para deter tais movimentos revolucionários, havendo a substituição de todo o regime democrático pelo autoritarismo, extinguindo-se a liberdade individual, dominando os poderes legislativos e judiciários.<sup>6</sup>

O general Arthur da Costa e Silva ainda não era presidente, mas esteve no governo mesmo quando a constituição dizia que só um eleito pelo povo podia governar; o que foi revogado quando da instauração do Ato Institucional nº1 – AI- I, em abril de 1964 e parlamentares tiveram seus mandatos cassados, funcionários públicos civis foram aposentados, presos e as torturas só estavam começando: “Prevalecia o arbítrio e institucionalizava-se a repressão e a tortura, mas mesmo assim o grupo de poder (militares representantes do grande capital e tecnoburocratas) continuava tentando ganhar adesão para o regime em vigor” (REZENDE, 2013, p. 89).

Diante disso as torturas e repressões contra cidadãos, em prol de conseguir confissões de suspeitos passaram a ser mais intensas a partir dos anos de 1968. Várias cassações foram executadas, uma vez que existiam dois grupos: o conhecido como a linha dura, com os oficiais mais radicais que visavam medidas mais austeras e permanentes; viviam com o ministro da guerra Costa e Silva e queriam o poder militarista por tempo indeterminado. O

---

<sup>5</sup> Subversivos, expressão utilizada para identificar pessoas que eram contra o regime da época.

<sup>6</sup> O programa tinha por objetivo a redução da inflação e a redução da dívida externa, porém não alcançou seus objetivos, e a inflação voltou a crescer.

outro grupo era o dos moderados, se mantinham com o general Humberto de Alencar Castelo Branco e queriam o país atuando de maneira democrática em um futuro breve.

Castelo Branco cumpriu o que prometeu e não renovou o Ato Institucional, apesar de não ter sido publicado na época. Além disso, manteve ainda as eleições para onze Estados, contudo, os oficiais da linha dura pressionaram o presidente e anunciaram o Ato Institucional nº2 - AI- II, que previa as eleições indiretas para presidente, reabrindo os processos de cassação de mandatos e extinguiu-se o pluripartidarismo, criando o bipartidarismo, permitindo apenas a Aliança Renovadora Nacional- ARENA- e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, o que aumentou sua influência de ambos.

Sucederam Castelo Branco para presidente Arthur da Costa e Silva, que deu continuidade as repressões, fortificando ainda mais o sistema. Nesse momento, os moderados cada vez mais perderam o espaço e a sociedade civil, a fim de se opor, organizam greves operárias em 1968, ao mesmo tempo em que a Igreja Católica brasileira fez emergir uma ala de progressistas associada ao movimento da Teoria da Libertação, que lutava pela liberdade e o fim da violência.

O movimento dos estudantes, muito organizado em números (que chegavam a 100 mil pessoas), protestava nas ruas do Rio de Janeiro contra o regime, o mesmo que proibiu as passeatas e aumentou a repressão. Esse processo de revoltar gerou uma reação no governo militar que decretou o Ato Institucional nº5- AI-V, que diz em seu artigo 2º, que o presidente da República pode impor recesso das assembleias legislativas, do congresso nacional e das câmeras dentro ou fora do sítio, o artigo 4º no interesse de preservar a revolução, dizia que o presidente poderia suspender os direitos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos, cassar, mandar eletivos federais, estaduais e municipais.

O poder executivo estava liberado para modificar, controlar todo e qualquer departamento da sociedade. Segundo Costa e Silva, presidente militar, o regime democrático estava estabelecendo regras de conduta na sociedade que ansiava as necessidades dos brasileiros: “Havia uma constante insistência na ideia de que a ditadura tinha como objetivo básico dignificar o homem, o seu hipotético ideário de democracia era formulado, também, a partir dessa noção” (REZENDE, 2013, p. 115).

Costa e Silva, foi obrigado a se afastar por motivos de saúde, sendo substituído por forças militares e, posteriormente, assumindo Emilio Garrastazu Médici, que derrotou líderes

guerrilheiros e opositores ao governo como o deputado Carlos Marighella e Carlos Lamarca, que foram brutalmente assassinados pelo regime militar.

Tudo isso endureceu ainda mais o regime, policiais estaduais passaram a ser controlados pelos militares, todos os meios de comunicação foram censurados, o país se encontrava sem liberdade de expressão nenhuma, eram os anos de chumbo. Esse era o “Brasil, ame-o ou deixe-o”, era o slogan do governo do General Emilio Garrastazu Médici.

Médici, conhecido por ter feito a economia brasileira crescer, controlou a inflação e tudo aumentava grandiosamente, o clima de euforia predominava, o presidente investiu na hidrelétrica de Itaipu e na rodovia Transamazônica, demonstrando essa, que fez a população menos abastada acreditar que o Brasil estava sendo beneficiado por esse regime, que por toda parte a euforia de um crescimento aparente influenciava os cidadãos.

Em 1973, Ernesto Geisel candidatou-se a presidência apoiado pela ARENA, sendo empossado em 1974. Seu objetivo era colocar em prática sua política de abertura, expressa pelo bordão “democracia forte”, porém, esta seria uma democracia da qual funcionaria:

sem participação popular, uma democracia plebiscitária, na qual as alternativas políticas fossem limitadas, reduzindo-se ao “sim” ou “não” ao governo. (...) As eleições parlamentaristas e os partidos legalizados deveriam ser os espaços privilegiados da manifestação política da sociedade civil. (NAPOLITANO, 1998, p. 54).

Com esse mecanismo, o governo queria impedir que movimentos como o dos trabalhadores, e os movimentos estudantis, por exemplo, ganhassem força e fossem apoiados pela sociedade civil. Tais objetivos, não se concretizaram uma vez que os nos anos seguintes a população passou a lutar pela liberdade democrática.

Assim, no início do ano de 1977, os estudantes ganharam as ruas em prol da democracia, e ganhando cada vez mais espaço e apoio, já que organizaram diversos movimentos como a Luta pela Anistia, e greves nas universidades mais renomadas do país. Era o grande momento do movimento estudantil, que atuava como porta voz do povo, sendo apoiado pela Igreja Católica, e pelo MDB, por exemplo.

Em meio a tudo isso, o projeto de abertura política, por pouco não entrara em colapso. Já que os militares dividiram-se a respeito dessa ideia, levando o ministro do Exército Sílvio Frota a articular a sua candidatura, que poria fim às pretensões de Geisel pela reabertura política.

A ponto de sofrer um golpe por parte da linha dura, Geisel exonerou o general Frota que era o próximo candidato a presidência de acordo com a linha sucessória, e nomeou João Batista Figueiredo, que daria continuidade a abertura do regime.<sup>7</sup>

No governo de João Figueiredo, ocorreu uma série de manifestações organizadas pelos trabalhadores em oposição ao regime militar, sendo o movimento dos trabalhadores do ABC paulista, o que mais se destacou entre os anos de 1978- 1979. (NAPOLITANO,1998).

Ainda durante o seu governo, após muita tortura e repressão política dos militares, no dia 28 de agosto de 1979 Figueiredo promulgou a lei nº 6.683, conhecida como Lei da Anistia. A lei concedia através do artigo primeiro anistia a “todos (...) no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 que cometeram crimes políticos ou conexos com estes (...) punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares” (GOVERNO FEDERAL, 1979).

A partir desses movimentos, surge o Partido dos Trabalhadores (PT), uma vez que o bipartidarismo havia sido extinto pelo então atual presidente João Figueiredo. E nesta conjuntura, surge o movimento das “Diretas Já”, que tinha por objetivo mudar a forma de eleição presidencial, que vinha ocorrendo através do Colégio Eleitoral, ou seja, sem a participação popular. No entanto, este não alcançara ainda seu objetivo, e novamente eleito pelo Colégio Eleitoral, vence Tancredo Neves, que não assume devido a sua saúde debilitada e conseqüentemente sua morte, assumindo assim, o vice José Sarney, era o período de redemocratização na política do Brasil. (SCHNEERBERGER, 2010, p. 414-419).

No entanto, é importante observar que ao longo dos vinte e um anos em que vigorou a ditadura militar no Brasil, esta teve suas especificidades em cada região do país. Assim, no capítulo seguinte buscaremos compreender o cenário da ditadura militar no estado da Paraíba, e em especial, na cidade de Cajazeiras.

---

<sup>7</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1777666-leia-reportagens-sobre-o-quarto-livro-da-serie-de-gaspari-sobre-a-ditadura.shtml>. Data de acesso: 30 de setembro de 2017.



## CAPÍTULO II

### DITADURA MILITAR NA PARAÍBA: FATOS RELEVANTES

O cenário de efervescência social em todo o Brasil não poderia ser mais propício para justificar um golpe, com a direita pressionando para desmerecer os movimentos sociais de um lado, e a esquerda com seus interesses em se estabelecer politicamente do outro, tornando assim o cenário pré-ditadura um espaço no qual estavam envolvidos vários interesses, que em poucas vezes visavam os direitos dos brasileiros, mas, principalmente o poder. Este se concentrou nas mãos de poucos, que lideravam as classes menos favorecidas.

No período de pré-ditadura, a Paraíba já enfrentava momentos de mudança e crescimento voltado para a industrialização, o Brasil estava fervendo em políticas sociais. Nas eleições de 1955, no qual o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional), formaram uma só chapa, apresentando como vice-governador, Pedro Moreno Gondim, indicado pelo PSD.

Flávio Ribeiro Coutinho era o candidato a governador, como cabeça de chapa, filiada à UDN, porém, em 1958, Flávio Ribeiro não conseguiu continuar na sua função por questões da idade e Pedro Gondim, assumiu o governo, permanecendo no cargo até 1960.

A Paraíba, no período da ditadura, era liderada pelo então governador Pedro Moreno Gondim, o mesmo aliado do presidente do Brasil, João Goulart. Ambos defendiam as reformas de base, representadas pelos sindicatos urbanos, organizações estudantis e em especial as Ligas Camponesas, porém, após a saída de sofrido por Jango, o então governador da Paraíba, mudou de lado, talvez por medo que acontecesse com ele o que aconteceu com o então governador de Pernambuco, que foi contra o golpe e acabou deportado e preso. O que se sabe é que mesmo com essa ação de “virar a casaca”, Pedro Gondim teve seu mandato cassado em 1966, mas continuou a militância junto aos golpistas de acordo com o historiador José Levino (2015).

Nesse espaço de políticas populistas, forças de urbanização e mobilização dos trabalhadores rurais, o setor bancário passou a ter um papel de liderança sobre a classe urbana. Os sindicatos de tecelagem de Santa Rita e do Rio Tinto também foram combativos, a nível local foi estabelecido o (CGT) Comando Geral dos Trabalhadores, para apoiar os grevistas.

Havia também o Pacto da Unidade e Ação (PUA), que foi uma organização intersindical de ferroviários, trabalhadores marítimos e portuários, que lutavam pelas reformas de base, e pela antecipação do plebiscito sobre a permanência do parlamentarismo ou volta do presidencialismo.

A Paraíba avançou tanto em movimentos sindicais, quanto em movimentos civis, como o dos estudantes secundaristas e universitários, Entre as ações e organizações realizadas pelas camadas populares podemos citar a (CEPLAR) - Campanha de Educação Popular da Paraíba, com atividades para os mais pobres, conscientização e educação baseados em Paulo Freire que teve seu início em João Pessoa e expandiu-se para os interiores do Estado. (MELO, 2000).

A CEPLAR era constituída de um grupo de estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade Federal da Paraíba; além de integrantes da Juventude Universitária Católica – JUC. Apoiada pelo projeto de governo do Estado da época, que incentivou todo um movimento de educação popular (SOUSA, 2015, p. 29 – 30), a CEPLAR teve, de acordo com Porto e Lage (1995), como objetivo em relação à sociedade local:

[...] atuar junto às camadas mais desfavorecidas, o que deveria ser feito com elas e não para elas. Partia-se do princípio de que o povo tem um saber, tem um potencial a serem aproveitados e desenvolvidos. A atitude da CEPLAR era de valorizá-lo, de capacitá-lo para ampliar seu nível de cultura e de consciência política, de mobilizá-lo para uma participação consciente nas pressões sociais para o desenvolvimento. (PORTO; LAGE: 1995 s/p).

Vale salientar que, mesmo tendo a abertura e apoio por parte do governo do Estado para sua criação, a CEPLAR se constituiu como um órgão prioritariamente civil, que dialogava com o governo, mas que era independente politicamente. Além disso, representou parte da mobilização paraibana pela melhoria da educação a partir dos anseios populares, que acontecia não só no nosso Estado, mas em todo o território nacional (SOUSA, 2015, p. 30).

O período populista não presenciou apenas mobilizações sindicais voltadas para os trabalhadores, quando os camponeses foram expulsos e expropriados de suas terras, houve resistência que resultaram na ampliação das lutas das Ligas Camponesas, que já existiam entre os trabalhadores do campo.

As Ligas Camponesas eram a expressão de um movimento rural que teve sua origem no Engenho Galileia, localizado na cidade de Vitória de Santo Antão, no Estado de

Pernambuco. O movimento se autodenominou de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco – SAPPP. Seu principal objetivo, segundo Fausto (2004), era o de

defender os camponeses contra a expulsão da terra, a elevação do preço dos arrendamentos, a prática do “cambão”, pela qual o colono – chamado no Nordeste de morador – deveria trabalhar um dia por semana de graça para o dono da terra. (FAUSTO, 2004, p. 444).

O movimento camponês teve como um dos líderes João Pedro Teixeira que, depois de expulso da terra onde morava, sem direito à indenização, passou a organizar os trabalhadores do campo ameaçados de expulsão pelos donos das terras. Fausto (2004) relata que “João Pedro foi morto em abril de 1962, a mandado dos novos donos da terra. Sua história está registrada em um documentário, *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho” (FAUSTO, 2004, p. 445). O documentário só pôde ser filmado dezessete anos depois. Ele retrata a luta e a história de João Pedro Teixeira e sua luta nas Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas chegaram a alcançar o número de 15 entidades, com 40 mil sócios e foi a maior do Brasil com 13 mil membros na sua célula principal. Com o apoio da imprensa provocou brigas entre camponeses e grandes proprietários que estavam insatisfeitos com a ousadia dos mesmos e usavam de repressão ameaçando os camponeses de expulsão das terras e até mesmo de morte. Nesse processo de luta, os proprietários de terra destruíam as residências dos trabalhadores do campo, além de tantas outras barbaridades, em prol de conseguirem manter o domínio no campo.



Imagem II: Manifestação das Ligas Camponesas nos anos 1960.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://m.memorialdademocracia.com.br/card/ampla-maioria-pede-reforma-agraria>. Data de acesso: 27 de setembro de 2017.

Esse movimento vivenciou um relativo curto período de existência, mas não podemos negar sua importância e exemplo para as futuras lutas dos movimentos sociais no campo, principalmente na Paraíba. Reprimidas duramente pelo governo militar, as Ligas passaram a se organizar em pequenos grupos clandestinos, que, com o tempo, acabaram por se extinguir. Com seus remanescentes, surgem outros movimentos do campo brasileiro, a exemplo do Movimento dos Sem-Terra – MST, um dos atuais movimentos sociais mais organizados do Brasil.

Sobre relatos de repressão, denúncias apontavam para existência de torturas que ocorriam em todas as partes, tanto vindo das forças policiais, quanto dos capangas os “anos de chumbo”, nas forças armadas do Brasil. Disseminavam-se crueldades, a “assessoria técnica” de militares americanos mostrava como se torturar e essas práticas incluíam choques elétricos, muita surra e afogamento, práticas intensificadas principalmente no início do período mais duro do regime militar em 1968.

Nessa época, a tortura passou a ser empregada extensamente, singularmente para se adquirir informações de elementos envolvidos com a luta armada. Contando com grupos policiais e militares, começava-se a agressão desde o instante da prisão até a invasão de casas ou locais de trabalho. A situação extremava nas delegacias da polícia Militar e nos quartéis. Salas para interrogatório com materiais isolantes para abafar os gritos dos presos para não que não fossem ouvidos, e súplicas que duravam horas e repetidos dias, alternados os torturadores. Com isso, pessoas foram mortas e muitas outras desapareceram.

Após o anúncio do Golpe Militar, em Juiz de Fora – MG, iniciaram-se logo na primeira semana, na Paraíba, as torturas e prisões, assim como em todo o Brasil. De acordo com ARNS (2001), só no início do golpe, foram contabilizadas, nos primeiros dias de ditadura, mais de 172 prisões de agricultores ligados às Ligas Camponesas na Paraíba. Segundo Bravo, (2009):

A ditadura significou, para a totalidade da sociedade brasileira, a afirmação de uma tendência de desenvolvimento econômico-social e político que modelou um país novo. Os grandes problemas estruturais não foram resolvidos, mas aprofundados, tornando-se mais complexos e com uma dimensão ampla e dramática. (BRAVO 2009, p. 93).

Sob o discurso de ordem e pacificação, na Paraíba, no período de início da Ditadura militar, o então Governador Pedro Gondim, respondia a frente do governo Paraibano a partir das pressões vindas do Governo Militar:

O Governo do Estado teve de agir e, empregando a valorosa Polícia Militar, sob o comando do Coronel Luiz de Barros, foi o suficiente para restabelecer a ordem no Estado. De forma que a 31 de março, a Paraíba era um estado pacífico. Não havia mais problema. (Correio da Paraíba. João Pessoa, 2 de julho de 1964, p. 1).

Nesse período Pedro Gondim não teve muitas escolhas, senão aderir às ordens e ideias vindas do governo militar, até mesmo como uma forma de garantir a sua integridade política e física. Nesse contexto, a construção política que se tem de Pedro Gondim é que ele foi um político de grande importância para a reforma agrária na Paraíba; pois, desde seu segundo mandato, que iniciou em 1960, ele buscou apoiar as ideias populistas e a reforma agrária, rendendo-lhe a imagem de homem que valorizou as lutas do campo, buscando assegurar seus direitos.

Pedro Gondim permaneceu fiel as suas ideias populistas sempre tolerando o crescimento da mobilização camponesa, não aceitava o uso de repressão contra a sociedade civil, demonstrava-se imparcial esperando medidas apenas judiciais, o que garantiu que a polícia, nesse período, não reprimisse os camponeses, mas não evitou que os proprietários de terra fizessem esse papel. Dessa forma, o governo simplesmente se omitia, defendeu a reforma agrária, mas na prática não tomou medidas concretas a respeito, consagrando assim uma imagem de dubiedade.

Além da questão supracitada, as manifestações dos estudantes universitários e secundaristas sobre a lei da meia passagem, a tragédia de Mari<sup>9</sup> e a invasão da Faculdade de Direito fizeram Gondim afastar-se das forças populistas e optar mais um pouco pelas classes conservadoras, ou apenas revelaram sua real posição política. Ele se manteve pressionado por forças antagônicas e alinhou-se ao Governo Militar, isso fica claro quando ele faz uso do aparato policial, proíbe manifestações em João Pessoa e regiões vizinhas. Pedro Gondim,

---

<sup>9</sup> A tragédia consistiu num atentado a fim de recuperar uma arma do Exército Brasileiro, que fora tomada por trabalhadores camponeses, que se unem para plantar fugindo da escassez, e que ainda, lutavam contra a expropriação e por melhores condições de trabalho no município de Mari. Com a arma recuperada, mas temendo a revolta dos trabalhadores, se inicia o conflito que leva o óbito primeiramente o líder Antônio Galdino, e mais onze pessoas, deixando ainda quatro feridos, entre camponeses, soldados e funcionários da Usina São João. (SANTOS, SILVA, 201, p. 4- 10).

mesmo que pressionado escreveu nota de apoio ao Golpe afim de não ser deportado e preso permanecendo à frente do governo da Paraíba.

O golpe na Paraíba em 1964 teve a participação dos civis e militares. Os movimentos organizados foram pegos de surpresa. Após a notícia, tentaram manifestos e iniciaram comício na Avenida Cruz das Armas (o quartel do 15º Batalhão de Infantaria Motorizado fica localizado nesta avenida até os dias de hoje), sem sucesso, pois, as tropas federais bloquearam tudo. No município de Rio Tinto tomaram a fábrica de tecidos, paralisaram as atividades e isolaram com o apoio do prefeito, porém foram vetados pela polícia, que ainda prendeu o prefeito. O prefeito do município de Sousa também foi preso por realizar comício e em Campina Grande, Newton Rique foi cassado porque se declarou contra o golpe. Sobre essa questão, Nunes (2014) disserta que:

O golpe militar também tomou de surpresa as forças de esquerda da Paraíba. Na noite de 31 de março, após as notícias da eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda – Partido Comunista, CGT, Pacto de Unidade e Ação e Federação das Ligas Camponesas – que foi dissolvido pelas tropas federais. (DANTAS, NUNES, SILVA, 2014, p. 92).

De acordo com Nunes (2014), no primeiro momento da Ditadura Militar foi empreendida uma “Operação Limpeza”, que tinha como objetivo investigar as atividades de funcionários civis e militares seja eles federais, estaduais ou municipais, a fim de investigar os que estavam submetidos com atividades ditas subversivas. Ainda de acordo com o autor, essa operação “(...) se expressou principalmente através da cassação de mandatos parlamentares, de expurgos na burocracia civil, nas Forças Armadas e na perseguição aos movimentos sociais mais ativos no momento anterior ao golpe”. (NUNES, 2014, p. 530).

Em relação ao processo de cassação na Paraíba, Nunes (2014) afirma que:

Na Paraíba, a exemplo do que aconteceu em todo Brasil, várias pessoas também foram denunciadas nos Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) instaurados em meados de abril de 1964, sob o comando do Major Ney de Oliveira Aquino – políticos, lideranças sindicais urbanas e rurais, funcionários públicos etc. – acusadas de subversão e ligações com o Partido Comunista Brasileiro. (NUNES, 2014, p. 106).

A Associação Paraibana de Imprensa – API, foi tomada pelo exército, foram realizadas 350 prisões dos setores urbanos e camponeses, foi o fim das Ligas, reprimidas por capangas, além da PM e do exército. As imprensas publicavam notas de apoio à Câmara

Municipal de João Pessoa e a UDN apoiou o golpe. O deputado Assis de Lemos foi cassado, o vereador Antônio Augusto Figueiredo Arroxelas também, os estudantes perseguidos e impedidos de exercer seus direitos de reivindicação. A política da Paraíba teve permanências elitizadas, caiu no ostracismo, recorreu às forças armadas e apesar dos movimentos de contestação, a supremacia do Estado falou mais alto.

De acordo com Navarro (2016) os tipos de torturas mais comuns eram a cadeira do dragão, o pau-de-arara, os choques elétricos, afogamentos, geladeira e o soro da verdade.

A cadeira do dragão consistia numa cadeira de zinco ligada a eletricidade, onde os presos eram obrigados a sentar nus. Quando o aparelho era ligado, o zinco transmitia choques ao indivíduo, e para aumentar a dor, os torturadores inúmeras vezes enfiavam um balde de metal na cabeça do prisioneiro.



Imagem III: Foto ilustrativa para demonstração de como era o método de tortura, caldeirão do Dragão.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.historiadigital.org/curiosidades/10-torturas-da-ditadura-militar/>. Último acesso em: 25 de agosto de 2017.

O pau-de-arara era uma prática que já existia nos tempos da escravidão, sendo utilizada no Brasil. Esse mecanismo consistia numa barra de ferro atravessada entre os punhos e os joelhos do preso que era amarrado e despido. O preso era amarrado e pendurado a uma distância de 20 cm do chão, e sofria com constantes dores devido à posição do corpo, além disso, o mesmo sofria com choques, queimaduras de cigarros e pancadas.



Imagem IV: Foto ilustrativa para demonstração de como era o método de tortura, Pau-de-arara.<sup>11</sup>

Já os choques elétricos eram praticados com o uso de máquinas de “pimentinha” ou “Maricota” que aumentavam sua intensidade à medida que manivela era girada pelo torturador. As descargas elétricas provocavam convulsões e queimaduras, e seu efeito fazia o preso morder violentamente a própria língua.

Sobre os afogamentos é sabido que os torturadores tampavam as narinas do preso e enfiavam uma mangueira ou um tubo de borracha dentro da boca do mesmo para que ele engolisse a água. Outra forma era mergulhar a cabeça do torturado num tanque, balde ou tambor transbordando de água, forçando sua cabeça para baixo até o limite de sua respiração, provocando afogamento.

---

<sup>11</sup> Idem, pág. 31.





Imagem V: Foto ilustrativa para demonstração de como era o método de tortura, Afofamento.<sup>12</sup>

Havia ainda a geladeira, onde os presos despidos eram colocados em salas pequenas e baixas, sendo impossível ficar de pé. Assim, os torturadores mudavam o sistema de refrigeração de muito frio a um sistema que produzia um calor insuportável. Os presos passavam dias nesse local, submetidos ao aquecimento exagerado, somado às caixas de som que emitiam barulhos irritantes, e ainda, sem a menor condição de alimentação ou até mesmo de água.



Imagem VI: Foto ilustrativa para demonstração de como era o método de tortura, Geladeira.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Idem, pág. 31.

<sup>13</sup> Idem, pág. 31.

E por fim, destacamos o soro da verdade. Neste, uma droga (pentotal sódico) era injetada provocando na vítima sonolência e redução as barreiras que inibem a “verdade”. Sob o efeito dessa droga, o indivíduo começava a falar coisas que normalmente não diria por isso a sua nomenclatura. Porém, não havia garantias de seu efeito, sendo esse modo de tortura pouco confiável, em contrapartida, a droga injetada poderia levar o indivíduo a óbito.

Voltando ao contexto paraibano, após a saída de Pedro Gondim, João Agripino apoiado por este, assumiu o governo desse estado. Infelizmente, a carreira de João Agripino na política paraibana, não teve tanto êxito, pois em decorrência do Ato Institucional nº 05, criado naquele mesmo ano, as perseguições frente às atitudes diante daqueles que eram contra o regime militar foram radicalizadas, assim João Agripino foi o primeiro governador cassado pelo regime militar.

Na Paraíba, destacaram-se dois deputados que se colocaram contra a ideia da ARENA – PB, de fazer alguns municípios centros de segurança nacional, foram eles: Vital do Rego e Pedro Gondim. O AI-5 estaria para ser aprovado na época e precisaria do aval dos deputados, mas, uma vez que estes defendiam o direito à democracia, o direito às eleições diretas, entendiam como “golpe” o veto do direito do povo eleger seus líderes. Sobreira (2016) destaca a declaração de Vital a esse respeito:

Esta vista srs. Deputados, que a anunciada medida de restrição empática e odiosa em si mesmo-comprometendo a soberania de quase três centenas de comunas brasileiras, vem sendo uma manifestação de prepotência e perigosamente, um passo de gigante, caminhos dos crescentes redução do poder civil, de que tanto temos falado, na escala das limitações do povo na solução de seus maiores problemas”. (SOBREIRA, 2016, p. 70-71).

Alguns municípios buscavam sua autonomia no estado da Paraíba, principalmente através de lideranças partidárias, para que não ficassem a mercê de decisões contrárias aos interesses pessoais da minoria que exercia o poder, pois diante da ressalva do então deputado Vital do Rego, a redução do poder civil acabaria e a escolha de prefeitos, que estivessem de acordo com o golpe seria só questão de tempo.

No município de Cajazeiras, cidade do alto sertão da Paraíba, participou desse momento da história brasileira com muita ousadia, destacando-se como representante político, o então prefeito Francisco Matias Rolim, durante os anos de 1963-1968. Mesmo diante de todo o cenário de revoltas, esse prefeito em seu primeiro mandato, fundou 03 colégios públicos, quando a cidade não possuía nenhum, construiu inúmeras estradas na cidade,

empregou professores, construiu casas, oferecendo a população oportunidades sociais, que pouquíssimos prefeitos ofereceram. (ROLIM, 2013).

De acordo com Guedes (2017) “poucos sabem, mas Cajazeiras era ponta-de-lança de um movimento de resistência à ditadura militar, pela proximidade geográfica com Estados como Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte e pela forte efervescência cultural, refletida nas Semanas Universitárias de Cajazeiras” (GUEDES, 2017)

A ditadura militar marcou a Paraíba sob a perspectiva da resistência, os paraibanos orientavam suas revoltas de diferentes maneiras, como é o exemplo do movimento artístico, como nos movimentos de vanguarda de Geraldo Vandré, Paulo Pontes, Gilvan de Brito e outros. Esses faziam arte para protestar contra a ditadura e alertar a população de que deveriam lutar pelos seus direitos e exigir do governo eleições diretas.

Em 2014, o Governador Ricardo Coutinho recebe das mãos da Comissão da Verdade e da preservação da memória, relatórios sobre os crimes que aconteceram naquela época e ficaram tanto tempo guardados, crimes esses como cassação de mandatos de políticos que não se curvaram ao “golpe”, assassinatos impunes, torturas, desaparecimentos de pessoas que eram contra o governo e se mantiveram firmes em suas ideias. Nessa mesma vertente, o Governador ressaltou a importância de manter viva na memória das pessoas, toda essa história, que fez parte do Brasil e também da Paraíba, Ricardo ressaltou:

Nenhum povo pode construir qualquer futuro que seja sem conhecer o seu passado. É preciso que as novas gerações possam, naturalmente, conhecer esse lado da nossa história e fazer com que a partir da verdade o País evite qualquer coisa parecida com isso no campo da supressão das liberdades individuais e coletivas, no campo da tortura, no campo da ausência da democracia. Assim ela pode construir um País bem melhor para seus filhos. (MOURA, 2014)

Diante das palavras do representante da Paraíba, fica claro o reconhecimento de todos os crimes contra a sociedade e a retirada da liberdade individual e coletiva, fato relevante para fazer cumprir os direitos de quem se sentiu perseguido naquele período. O então Governador destacou ainda: “Nesse primeiro momento, nosso objetivo é recuperar a memória histórica das vítimas que tiveram violados seus direitos humanos. Quem sabe um dia a sociedade poderá propor a mudança na lei de anistia, com base em estudos como este.” (MOURA, 2014)

No site da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba, (2013), a professora Lucia Guerra, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, ressalta a importância de reavaliar e revisar a lei, já que esta foi criada no período da Ditadura,

não se adequando mais a conjuntura atual de nossa sociedade, em texto a professora fala, da certa resistência a essa mudança, por parte de muitos, porém é um assunto que terá que ser vir à tona, para que seja revisto.

A ditadura Militar em seu foco ainda guarda no escuro de seus porões, gritos, choros, lágrimas, torturas e assassinatos, que precisam ser explicitados, é o que a maioria dos relatos e colocações pesquisados nos deixa claro, e em referência a esse fenômeno, existe muitas verdades, cada qual contada como convém. Porém, não podemos fechar os olhos para as atrocidades que foram cometidas e abafadas para proteger a imagem de grupos de liderança que ainda se mantêm no poder.

Sendo assim, são perceptíveis as várias influências da ditadura na Paraíba, influências estas que alcançaram as cidades sertanejas, onde destacamos a cidade de Cajazeiras, abordada no capítulo a seguir, com ênfase nos movimentos estudantis em meio ao contexto da Ditadura Militar.

## CAPÍTULO III

### EPISÓDIOS DA DITADURA MILITAR EM CAJAZEIRAS

O presente capítulo busca avivar a memória histórica do período da Ditadura Militar vivenciada não apenas nos grandes centros urbanos, mas também no interior do país, mais especificamente no município de Cajazeiras, última cidade do estado da Paraíba. O fato de estar afastada da capital, não legou à cidade um afastamento de questões políticas e das lutas pela democracia, assim, as linhas que seguem buscam contextualizar esse capítulo histórico em Cajazeiras.

#### 3.1 Os Estudantes paraibanos no cenário de Ditadura

Os movimentos de lutas e resistência no Brasil durante o período da Ditadura Militar, e mesmo hoje, são minados pelas forças governamentais, tanto em aspectos de repressão física, como também têm sua essência desconstruída. O movimento estudantil também sofreu com esse processo de ter seus membros e ações associadas à baderna e à desordem. Nesse sentido, a imprensa se encarrega da construção de imagens negativas a respeito dos movimentos de luta, atribuindo-lhes caráter pejorativo e vendendo a ideia de arruaça e desorganização. A exemplo dessa questão:

Movimentos e expansões que tem como ponto de partida uma falsa incompleta noção dos problemas. Que se deflagram na base das emoções. Que são inspiradas e atizadas pela demagogia. Que fogem ao cumprimento do dever estudantil. que só encham o balão dos “direitos” e esvazia-os das “obrigações”. Que perturbam a ordem pública. Que servem de trampolim à vaidade e ambição pessoal de certos líderes estudantis. Que desrespeitam a propriedade pública. Que fazem questão de dar provas de irresponsabilidade, má conduta e agitação barulhenta. Que são agitadas por estudantes “perpétuos”. Que revelam inspirações comunicantes. Tais movimentos são provas de imaturidade e fuga ao dever essencial. E são um grande contrassenso, ridículo em grande estilo, quando envolvem globalmente pré-adolescentes a adolescentes imaturíssimos. (FRANTZ, A Imprensa, João Pessoa, 07 de outubro de 1962, p. 4).

Por pressão dos movimentos estudantis que realmente se voltavam para a resolução dos problemas de caráter social, surgiu uma Campanha na Paraíba, chamada de CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba, que tinha como fator principal a Educação de Jovens e Adultos. Essa campanha teve seu ponto de partida através de jovens da JUC – Juventude Universitária Católica. Essa campanha teve como foco, além da alfabetização de jovens e adultos, a crítica ao assistencialismo do governo do Estado. Então Jovens da Universidade Federal da Paraíba e da faculdade de Filosofia se uniram para ensinar crianças, adolescentes e jovens dos bairros mais pobres de João Pessoa. Essa organização de jovens, pautados nos pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Popular, fortaleceu não só a educação de jovens e adultos no Estado, mas também a organização política dos próprios estudantes que dela participavam.

Esse foi um movimento que buscou resolver o problema social da educação, através de medidas possíveis, mas que traziam para a sociedade um pouco de respeito e condições de julgar o que se passava naquele cenário de incerteza. Era muito mais interessante pautar suas lutas a partir de um movimento dialógico de educação, mesmo diante do caos social no qual o país se encontrava, do que continuar vendo tudo acontecer e não poder fazer a diferença de nenhuma forma.

Com a adoção do método Paulo Freire, a CEPLAR ingressou no Plano Nacional de Educação, do ministro Darcy Ribeiro, que visava melhorar o ensino primário no Brasil. Com o aumento do financiamento, a entidade cresceu e trouxe para si os olhos dos conservadores que eram contra a política social do governo federal. Sua atuação junto às comunidades colocou seus membros em contato com associações de trabalhadores e grupos religiosos, todos voltados para a melhoria da condição de vida do povo. Classificada como comunista, agitadora e deturpadora da ordem social pelo A Imprensa, a CEPLAR atuava junto à classe trabalhadora através da educação. Ligando os movimentos de educação popular com as experiências revolucionárias em Cuba e nos demais países comunistas, o periódico buscou desqualificar o método educacional utilizado pela CEPLAR, pois era um meio de levar as ideias marxistas para as camadas sociais mais baixas. (DANTAS, NUNES E SILVA, 2014, p. 42).

Para o Governo, a CEPLAR não era de cunho positivo em meio ao cenário do Golpe militar, pois a intenção não era instruir de maneira crítica as classes trabalhadoras, os movimentos estudantis ou os grupos religiosos. Uma das ideias do governo era de retirar de cena toda e qualquer atuação comunista e a CEPLAR, foi considerada esse tipo de movimento, comunista e agitador. Então, possuir uma campanha que atua contra o governo, era uma afronta às novas condições propostas pela ditadura. Para além da CEPLAR, os estudantes se organizaram por todas as partes do país, criando grêmios e movimentos que

lutavam em favor de melhores condições sociais e educativas, o que não foi diferente no município de Cajazeiras.

### **3.2 A ditadura militar no cenário Cajazeirense**

À época da ditadura, o cenário político de Cajazeiras contava com a figura de Francisco Matias Rolim, que iniciou sua carreira política como vereador, tornando-se presidente da câmara aliado ao partido PSD. Logo depois, iniciou seu mandato como prefeito em 1963, desligando-se do PSD e se alinhando a UDN, fazendo parte da Aliança Renovadora (ARENA), aliança de sustentação do regime militar. Chico Rolim, como ficou conhecido permaneceu no seu mandato até janeiro de 1969, quando passou o cargo para Epitácio Leite Rolim, que permaneceu até 1972. Nesse mesmo ano, Chico Rolim, elegeu mais um prefeito, Antônio Quirino, também através do partido da UDN, que o trouxe para o governo do município mais uma vez, no ano de 1976, mais uma vez, como prefeito (FGV, 2009). Movimento que nos faz perceber a política durante o governo militar como um espaço de revezamento de políticos que já possuíam poder e reputação em suas regiões. Suas participações na cena política eram garantidas pelo alinhamento ao Regime Militar e suas ideias.

Francisco Matias Rolim fora um prefeito eleito pela Arena-PB e UDN, que mesmo em meio ao contexto da ditadura militar, usou de suas influências para angariar recursos e proporcionar certo crescimento na cidade, passando por cima de muitos acontecimentos, inclusive deixando de lado as rádios, com seus noticiários, que muito o perturbavam. As rádios naquela época muito influenciavam a opinião pública, pois era através das mesmas que os civis eram informados do que se passava no Brasil e nas cidades vizinhas, e na própria Cajazeiras, município que ainda hoje abriga muitas rádios.

O poder de imprensa pairou sobre a ditadura, principalmente através desses veículos de comunicação. Uma das rádios que teve a sua ascensão no município de Cajazeiras foi a Rádio Difusora, pioneira no sertão paraibano, tendo início no ano de 1938, mas só se consolidou como estação de rádio durante o início da ditadura Militar em 1964.



Imagem VII: Fotografia da fachada da Difusora Rádio Cajazeiras.<sup>14</sup>

A Rádio Difusora de Cajazeiras, nesse período de início da Ditadura, teve um dos repórteres de destaque nacional na figura de Wilson Furtado, eleito repórter constituinte da Associação de Imprensa do Distrito Federal, sendo homenageado, por cobrir a Assembleia Constituinte, passando à frente de outras emissoras do Brasil (GUIA PARAIBANO, 2017). Porém, assim, como outros meios de comunicação, a Difusora Rádio Cajazeiras também vai ter sua programação controlada e fiscalizada pelos órgãos de censura do Governo Militar.

### 3.3 A censura como instrumento de batalha

Em todo o Brasil, a ditadura militar controlou e perseguiu de forma intensa grupos que se mostrassem contrários aos seus ideias, mesmo as manifestações culturais precisavam do aval do governo para circular livremente. Diante disso, outros países acompanhavam toda essa tensão através dos meios mais comuns de comunicação.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://noticiasdecajazeiras-claudiomar.blogspot.com.br>. Último acesso em: 12 de setembro de 2017.



Diversos veículos de comunicação no Brasil procuravam protestar contra o momento, mas eram perseguidos. De acordo com Sodré (1983) não demorou muito, e logo começou a intensa destruição dos meios de imprensa.

Última Hora foi invadida e depredada; os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados, exilados e alguns tiveram seus direitos políticos cassados (Sodré, 1983, p. 435).

O movimento da ditadura trouxe para os brasileiros, o medo, e com esse medo surgiu também os opositores e uma série de novas medidas. As pessoas viviam com insegurança, não se podia confiar mais nas pessoas próximas, pois se corria o risco delas serem informantes dos militares, e qualquer ação contra o movimento de ditadura, geraria uma perseguição. Com a instauração do AI-5 a repressão foi intensificada, de acordo com Santos (1995):

Professores universitários, funcionários públicos foram demitidos ou aposentados, líderes políticos foram presos e torturados e fortaleceu-se a censura de todos os meios de comunicação, livros e espetáculos. Tornaram-se rotineiras as batidas policiais e *todos estavam ameaçados de demissão, prisão, tortura ou morte, dependendo do juízo dos policiais e militares encarregados da repressão.* (SANTOS, 1995, p. 100).

Essas tantas repressões aconteciam em todo o cenário nacional e em Cajazeiras não foi diferente. No “Os Guedes” (2017), o jornalista Nonato Guedes, expõe em redação recente que está escrevendo um livro esclarecendo e expondo fatos dos acontecimentos da ditadura, e que dentre estes, falará sobre o fechamento de uma rádio em Cajazeiras em consequência da divulgação da prisão e tortura de um representante estudantil, que protestava contra o movimento da direita.

Entre muitos sujeitos que participaram da luta contra o governo ditatorial, Edival Nunes da Silva, mais conhecido como Cajá, foi um dos expoentes do movimento estudantil na cidade de Cajazeiras.

Em sua página na internet, *Coisas de Cajazeiras*, o colunista do Jornal O Norte, Nonato Guedes expõe que ao pegar um ônibus em Recife com Edival Nunes, o mesmo relatou que estava fugindo de perseguidores e que iria descer em um local qualquer para conseguir despistá-los. No dia seguinte, Nonato, ouviu na rádio Voz da América, que o esquerdista Edival Nunes, Cajá, teria sido capturado e torturado. Nonato, juntamente com outros

funcionários da Rádio Alto Piranhas de Cajazeiras, divulgou a informação no rádio para toda a população, o que ocasionou o fechamento da mesma por dois dias pelos militares. A rádio pertencia a Diocese de Cajazeiras, coordenada por Dom Zacarias, o então diretor do Cine Apolo XI, bispo da ala conservadora da Igreja Católica.

### 3.4 Atentado ao Cine Apolo XI

O Cine Apolo XI de Dom Zacarias marcou a história da cidade de Cajazeiras e também dos seus cidadãos, por se tratar de um ato de grande repercussão no Brasil e também pela violência e gravidade.

Ocorreu que, em 21 de julho de 1975, uma bomba fora instalada e detonada na cadeira onde, corriqueiramente o bispo Dom Zacarias costumava sentar para assistir aos filmes e atividades do cinema. No entanto, para sua sorte, o bispo estava viajando para a cidade de Recife naquele dia e não foi atingido pela bomba, ao contrário dos demais frequentadores do cinema que se faziam presentes no local e assistiam ao filme *Sublime Renúncia*, o que ocasionou até mesmo a morte de duas dessas pessoas.



Imagem VIII: Foto do atentado ao Apolo XI.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup>Disponível em: <https://coisasdecajazeiras.com.br/comissao-da-verdade-da-paraiba-localiza-inquerito-da-bomba-do-apoloxi/>. Último acesso em: 24 de agosto de 2017.

Há relatos que essa bomba foi implantada por militares disfarçados de Civis, e era para atingir, diretamente, a pessoa do bispo, um membro da Igreja Católica, ou seja, um líder religioso e um poderoso formador de opinião. Outros afirmam que essa ação foi uma ação proposital orquestrada pela direita com o intuito de incriminar a esquerda. Esse fato ocorreu durante os governos dos generais Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, momento no qual esses representantes pretendiam devolver o poder aos civis e ver a redemocratização acontecer. (MOURA, 2013).

A bomba do Cine-teatro Apolo 11, em Cajazeiras, Sertão da Paraíba, em 1975, foi o primeiro de uma série de episódios ocorridos ao longo dos governos dos generais Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. Ao assumir, em 15 de março de 1974, Geisel anuncia o processo de abertura política lenta, gradual e segura. Escolhido por Geisel, Figueiredo assume, em 1979, com a missão de dar continuidade à distensão e devolver o poder aos civis. (MACIEL, 2017).

Segundo Levino (2015), Dom Zacarias era um católico conservador, não se metia em política e menos ainda nos assuntos da ditadura. Porém, existem outras colocações e pontos de vista, de que o bispo era a favor da ditadura militar de 1964 e que através de longos anos de bispado, adquiriu para a diocese da cidade uma autonomia financeira, levando-o a construir dezenas de imóveis, que eram convertidos em renda para outros padres e moradias. (MOURA, 2013).

Com essa afirmação, de Moura, observamos a existência de um beneficiamento para todas aquelas pessoas que se mantiveram atrelados ao “golpe”, ou seja, os líderes do militarismo sabiam ser generosos com aqueles que ficavam ao seu lado e se mantinham calados.

Não se tem ideia de como essa bomba chegou até aquele local e quem a implantou, isso ainda é um mistério para a cidade, mas se sabe que os interesses da esquerda eram muitos e que quem era contra ao regime era punido de uma forma ou de outra. Infelizmente, muitos inocentes morreram e se feriram e muitos outros ficaram seriamente lesionados, sem contar nas famílias que ainda nos dias de hoje lutam pelo direito de enterrar seus entes mortos durante o período da ditadura militar.



Imagem IX: Notícia do atentado ao Apolo 11. <sup>16</sup>

### 3.5 Representante estudantil e militante, vivendo a ditadura!

Em texto de tom narrativo no site “Coisas de Cajazeiras”, Christiano Moura, jornalista do sertão paraibano, faz uma declaração de sua vivência em meados de 1966, quando ainda estudava em uma escola da cidade. Desde crianças que ele e seus colegas, rezavam nos pátios das escolas para afastar os comunistas, que ameaçavam as famílias e as comunidades, ele usa a expressão, de que era preciso se proteger dos “comedores de criancinhas”. Esse relato é um exemplo da imagem que era construída acerca do comunismo e de seus defensores. A consolidação de uma identidade distorcida que foi reforçada no Brasil durante o Governo Militar, concepção que se reforçava para combater a ameaça dos países socialistas, principalmente durante a Guerra Fria.

Em seu relato afirma que os alunos do colégio Estadual em Cajazeiras foram surpreendidos e obrigados a assistir o discurso de um professor da escola, no pátio da mesma, no qual o mesmo dizia que os militares teriam expulsado os comunistas dos arredores da escola e que as crianças não precisavam ter medo, nesse momento, todos se perguntavam afinal quem eram realmente esses comunistas? Para Moura e tantas outras crianças daquela

<sup>16</sup> Disponível em: <http://historiacajazeiras.blogspot.com.br/2012/04/cine-apolu-xi-um-caso-sem-solucao.htm>.  
Último acesso em: 17 de junho de 2017.

época, o medo invadia aquele ambiente e tornava-os cada vez mais vulneráveis a sorte, uma vez que não sabiam de que lado vinha o terrorismo e em quem confiar.

Nesse contexto, ficaria marcada em Christiano Moura uma música de Chico Buarque, que os alunos escutavam no fundo do pátio da escola, chamada “Fado Tropical”, canção que expressa a profundidade vivida no período, como podemos observar no trecho a seguir:

Oh, musa do meu fado,  
Oh, minha mãe gentil,  
Te deixo consternado  
No primeiro abril, Mas não sê tão ingrata!  
Não esquece quem te amou  
E em tua densa mata  
Se perdeu e se encontrou.  
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal:  
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal!  
“Sabe, no fundo eu sou um sentimental.

Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo (além da sífilis, é claro).  
Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar,  
esganar, trucidar, o meu coração fecha os olhos e sinceramente chora...” (...) (BUARQUE, GUERRA, 1975).

Nesse fado tropical, Chico Buarque expressa seu sentimento de repúdio em relação à Ditadura, que trucidava, esgana e tortura. O primeiro de abril do Golpe dá início também à intensificação dos cenários de lutas pelo país, que só cresciam, uma vez que muitos civis se sentiam lesados por toda a rigidez do regime e não viam melhoras e sim uma imposição por parte do Governo Militar. Civis trabalhadores, estudantes e sindicalistas eram torturados, presos e esquecidos pela massa, aonde esses não tinham sequer o direito a advogados.

Um caso bastante discutido no país e na região Nordeste foi o do então Edival Nunes, Cajá, um militante que ecoava pelo Brasil e por Recife a sua revolta contra a Ditadura. Preso em Recife, tornou-se um símbolo de luta, quando a cantora Elis Regina fez uma música em sua homenagem e vários estudantes de muitas cidades colocaram-se em favor de sua causa, através de paralisações, isso no ano de 1978 já bem próximo do fim da ditadura.



Imagem X: Edival Nunes, conhecido como Cajá.<sup>17</sup>

Em entrevista concedida a Mariana Rodrigues (2011), para o projeto Marcas da Memória, Cajá fala dos passos de sua vida de estudante e militante e as tantas circunstâncias que lhe foram impostas desde a infância, como ele mesmo expressa no: “cabo da inchada”. Como a maioria das famílias no sertão paraibano daquela época, as crianças começavam a estudar tarde, por escassez de escolas nos interiores, devido às necessidades de se iniciar a vida no campo, muito cedo, para ajudar na subsistência da família.

Cajá nasceu na cidade de Bonito de Santa fé no sertão da Paraíba, onde viveu até os oito anos de idade, momento no qual se mudou para Serra Branca, onde deu início a sua vida estudantil. (RODRIGUES, 2011).

Com dezessete anos, Cajá mudou-se para Cajazeiras em busca de melhores condições de educação, já que a cidade era maior e possuía melhores estruturas voltadas para a formação dos cidadãos. A própria Diocese era uma das instituições apoiadoras da educação dos jovens do município.

Foi no município de Cajazeiras o seu primeiro contato com a política, durante o período das eleições de Jânio e Jango, Cajá também iniciava suas ações políticas e na cidade abriu seu primeiro grêmio estudantil junto com outros companheiros de lutas. (RODRIGUES,2011).

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.onordeste.com/porta1/edival-nunes-da-silva-caja/>. Último acesso em: 30 de agosto de 2017.

Em agosto de 1967, Cajá recebeu em sua sala a visita de um líder estudantil, Aldemir Coelho, presidente da Associação dos Estudantes Secundaristas de Cajazeiras. Nessa visita o líder convidou os estudantes para uma caminhada contra a cruzada (ABC) Ação Básica Cristã, esse movimento era de interesse dos Estados Unidos e conhecido como Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento Internacional (Usaid), que buscava formar jovens e adultos que tivessem interesse no doutrinamento ideológico, citando a ligação dos Estados Unidos com a Ditadura Militar. (ROZOWYKWIAT, 2014).

De imediato Cajá aceitou, levantou a mão junto a mais seis companheiros de sala. Questionou a Aldemir se existiriam riscos, e o mesmo respondeu que existiria sim, risco de prisões, confrontos e até mortes. Porém, Cajá afirma que Aldemir citou a causa de Tiradentes, que lutou até a morte pelos seus ideais, a qual lhe convenceu de que a causa era nobre e válida e no dia seguinte eles se organizaram e foram até a praça coração de Jesus. (RODRIGUES, 2011).

Tudo isso aconteceu durante o período de ditadura, jovens arriscando sua vida para lutar por ideais que lhes pareciam contra os ideais nacionais, e uma tendenciosa oportunidade de dominação internacional, tudo que aqueles jovens não precisavam naquele momento, quando já se percebia uma grande necessidade de retomar os direitos civis.

Então, no dia 22 de agosto daquele mesmo ano, no aniversário da cidade de Cajazeiras, quando ocorria o desfile cívico, uma menina hasteava a bandeira dos Estados Unidos e era homenageada por alfabetizar um grande número de pessoas naquela cidade no programa da (Usaid). No meio desse movimento, na Praça Coração de Jesus, no centro da cidade, conta Edival Nunes, que os jovens invadiram o desfile, rasgando a bandeira dos Estados Unidos e também as roupas da moça que estava no carro alegórico. Começava ali uma manifestação contra a ditadura e a favor dos ideais revolucionários.

Mas o Comício improvisado durou pouco. Em dez minutos chegou o tiro de guerra, unidade militar do exército, com cerca de 80 homens armados com fuzil de Sabre, e cercou a praça. Pouco depois começou o confronto, os estudantes atiravam pedras; os recrutas disparavam para o alto e tentavam conter a manifestação. “Foi um salve-se quem puder” (ROZOWYKWIAT, 2014).

Cajá relata que, com a chegada do tiro de guerra, muitas pessoas acabaram machucadas no hospital e outras presas, mas soltas por um jovem advogado cassado pelo

artigo 477<sup>18</sup>, junto ao diretor do Colégio Comercial de Cajazeiras. A partir disso, começa um movimento de perseguição pelos militares aos manifestantes na cidade. Cajá não foi preso, mas esteve presente na manifestação apoiando os seus companheiros. Depois dali, o movimento dos Estados Unidos da Aliança para o progresso, recuou, mas as manifestações por parte dos membros do grêmio continuaram.

De acordo com os relatos de Cajá, os jovens e toda a população no momento de ditadura sofriam uma pressão de dominação por parte de países dominadores. Estavam sendo perdidos os direitos constitucionais e a introdução de uma nova era de mandos e desmandos estava perto de acontecer, uma vez que a introdução de influências dos Estados Unidos na cidade foi a prova de que, sem muita saída, a população iria se apegar a causa americana, como forma de se conter diante de um cenário tão repressivo.

O militante Cajá foi para o seminário diante de um pedido de sua mãe, devido a todos aqueles acontecimentos e o seu envolvimento com a causa, já que Cajá sempre se mostrou um rapaz de muitos ideais, voltados para a educação, com grandes interesses em obter uma formação acadêmica, e o seminário oferecia essa oportunidade. Mas, foi no seminário que Cajá conheceu as ideias marxistas e se convenceu cada vez mais que deveria lutar por sua nacionalidade e direitos. (RODRIGUES, 2011).

Cajá tornara-se comunista e saíra do seminário por vontade própria, já que percebera que o ideal do Vaticano, de acordo com sua interpretação, não tinha muitas ligações com os ideais do Cristo, decidindo assim, por voltar a sua vida de lutas contra a ditadura. Então, passou a dividir alojamento com mais quatro ex-seminaristas, e dois estudantes do colégio Estadual de Cajazeiras. Ali, formou alianças políticas e reabriu o grêmio estudantil do colégio Estadual, e deu início a outros grêmios pela cidade, como os grêmios comunistas que reivindicavam os direitos tomados pela ditadura. (ROZOWYKWIAT, 2014).

Pode-se perceber a incansável necessidade desse militante em destaque, junto a muitos outros, na cidade de Cajazeiras, de lutar por esclarecimentos e de buscar mobilizar a população de que algo deveria ser feito diante daquele cenário desolador de impunidade. E com cabeças “frescas” e ideais comunistas o movimento ia à luta de barganhar mais seguidores pela sua causa, algo que intrigava a quem os ouvia: “Em 1970, ano de estiagem na região, o grupo organizou uma passeata até o centro, para denunciar a fome a miséria e a

---

<sup>18</sup>Na prática, o decreto estabeleceu rito sumário para demissões e desligamento de professores, funcionários e estudantes que praticassem infração disciplinar considerada subversiva nas universidades brasileiras. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br>. Último acesso em 29/09/2017.



indústria da seca. “Porque o dinheiro vinha para o município, mas ia para os ricos” (ROZOWYKWIAT, 2014).

A respeito da bomba do Apolo XI, Cajá afirma ser esse um fato relevante no cenário da ditadura. O mesmo acredita que a esquerda teria organizado tal feito para incriminar a direita. Ou seja, Cajá e seus companheiros diante do fato, acusaram Sabino, que fazia parte do grêmio estudantil das manifestações contra os esquerdistas.

Muito se falou em jornais e rádios na época sobre esse atentado, e das causas que o provocaram, um crime de tamanha crueldade, que pôs em risco a vida do bispo, mas que infelizmente, chegou a tirar a vida de pessoas inocentes, em prol de uma tentativa audaciosa de incriminação.

De acordo com o site “Coisas de Cajazeiras”, Moura (2017) afirma que esse mistério do atentado no Apolo XI, será revelado, uma vez que foram encontrados em Brasília, um relatório final de inquérito, no qual constam acontecimentos da época. O relatório foi encontrado em um Arquivo Nacional no ministério da Justiça, pelo advogado Waldir Porfírio. Essa investigação está sendo uma prioridade do então governador Ricardo Coutinho em esclarecer esses fatos.

Os grupos de direita de Cajá tinham treinamentos de guerra, faziam atividades físicas, pichavam a cidade contra ditadura e recebiam material para se inteirar dos acontecidos no Brasil, para manobram as próximas ações dos grêmios, que só cresciam. Muitos grêmios e operários se aliavam ao grêmio organizado por Cajá e os movimentos tornavam-se forte, em prol de reivindicar direitos sociais na cidade de Cajazeiras. (RODRIGUES, 2011).

Em uma segunda sessão do vídeo para o projeto Marcas da Memória, concedida por Edival Nunes, o Cajá, a entrevistadora Mariana Rodrigues (2011), questiona a Cajá sua decisão de ida de Cajazeiras para Recife em 1972, ano em que segundo ele, foi um ano que mataram muitos revolucionários.

Sua ida para Recife foi uma estratégia elaborada pelo seu grêmio, e dentre todos os membros ele foi escolhido pelas condições sociais de vida e disponibilidade de deslocamento. A intenção de sua ida para o Recife era de aumentar a célula que foi criada em Cajazeiras, e aliando-se aos partidos de Recife do PCE ou LN, partidos revolucionários. Cajá conseguiu uma vaga no GP (Ginásio Pernambucano), um colégio renomado e lá Cajá fez seus primeiros contatos com membros do PCR no ginásio.

O PCR era um partido de esquerda que com a ditadura manobravam movimentos para o fim desta, além de lutar pela garantia dos direitos sociais. Cajá afirma que todos os membros do PCE viviam clandestinos nas cidades, pois uma vez que fossem pegos, seriam torturados e mortos. E em março de 1972, a célula de Cajazeiras, criada por Cajá e seus companheiros, passou a pertencer ao PCE, ou seja, falavam a mesma linguagem de Cajazeiras a Recife, todas as estratégias abordadas ali naquele partido eram colocadas em prática na cidade de Cajazeiras. (RODRIGUES, 2011).

Vale salientar que essa organização que se formava, com a união dessas alianças, era vista pelas alianças da direita como afronta ao governo, e isso causou desgastes a muitos desses membros, porém tornava as alianças da esquerda cada vez mais fervorosa com intuito de acabar com toda aquela impunidade. A esquerda se fortalecia em silêncio e trazia cada vez mais membros para dentro de suas ideias.

Ainda em Recife, Cajá e membros do Grêmio de estudantes fundaram um jornal, o Bio Notícias, e ali, colocavam notícias dos cursos, novidades e reivindicações internas, mas que também era usado para combater a ditadura, algo notado pelo diretor da instituição, que advertiu Cajá, de que seu jornal estava sendo lido por militares e já estariam de olho nele e na instituição, mas o jornal continuou.

A luta continuava, e os grêmios de Cajá faziam um trabalho junto a Dom Elder de conscientização de Jovens, através de educação religiosa, educavam os jovens a não se curvarem diante das circunstâncias do sistema militar, tudo isso de maneira bem discreta para não levantar suspeitas com os militares.

Cajá conta que a sua primeira prisão, ocorrida em 12 de março 1978, foi através de uma denúncia, ele estava em Recife em um ponto de ônibus e foi sequestrado pela direita, levado para o porão da polícia federal e torturado três dias seguidos. Cajá afirmou em alto e bom som “Meu nome é Cajá, avise a Dom Elder que fui sequestrado”.

Essa foi a frase dita por Cajá, no momento de seu sequestro ao entrar no camburão da polícia, para quarenta pessoas que estavam ali presentes no momento do sequestro. A mídia cobriu tudo que aconteceu com Cajá e a repercussão foi enorme, por se tratar de um membro tão atuante no Nordeste. Isso foi de fundamental importância para repercutir as impunidades do militarismo e pressionar a direita. Muitos de seus amigos foram perseguidos e mortos pelo 477 um código penal que julgava e condenava sem defesa os esquerdistas. Mesmo tendo sido preso, afirma que até o Papa a pedido de Dom Elder mandou cartas pedindo que poupassem

sua vida. Apesar das inúmeras torturas por ele sofridas, junto a muitos de seus amigos, ele nunca entregou seus companheiros de luta.



Imagem XI: Edival Nunes da Silva, Cajá, líder estudantil e dirigente político.<sup>19</sup>

A segunda vez que Cajá foi preso, o mesmo estava escondido em um seminário e a polícia Federal foi até o local, quando induziram a freira a entregá-lo e o prenderam. Cajá com a acusação de formação de partido proibido, no caso o PCE (Partido Comunista Estudantil). Dessa vez Cajá afirmou que não houve as mesmas torturas, porém eram feitas horas e horas de interrogatórios o que deixava os interrogados no caso, Cajá, exausto. Mais uma vez a mídia, folha de São Paulo entrou em tamanha atuação e expôs a prisão de Cajá, que repercutiu e ajudou Cajá a ser libertado, a mobilização estudantil foi de fundamental importância, aonde toda a Universidade Federal entrou em greve, em prol da soltura de Cajá, junto a Dom Elder e seu advogado Eduardo Pandof, Cajá foi liberado e respondeu tudo em liberdade. (RODRIGUES, 2011).

A partir dos acontecimentos aqui relatos, hoje Cajá, analisa o momento vivido como um período de intensas mudanças, onde as massas começam a ganhar força e voz<sup>20</sup>, porém de acordo com o mesmo, durante a ditadura militar de modo geral, as pessoas:

(...) de esquerda, de pensamento crítico, nem precisavam ser militantes, bastavam ser um defensor(a) da democracia, dos direitos humanos, da liberdade de expressão, de um simples gesto de simpatia por um escritor ou livro de esquerda para viverem

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.onordeste.com/portal/edival-nunes-da-silva-caja/>. Último acesso em: 25 de agosto de 2017.

<sup>20</sup> Questionário concedido por Edival Nunes da Silva, Cajá, ao autor em 14 de setembro de 2017, através de correio eletrônico.

sob suspeitas, serem discriminadas, vigiadas, com telefones grampeados, por tanto, viviam, absolutamente, mais inseguras. Viviam sob o tacão de um regime de perseguição.<sup>21</sup>

Já no contexto da cidade de Cajazeiras, onde manteve residência por muitos anos, e de onde vem seu apelido “Cajá” dado por Dom Elder, o mesmo afirma que a ditadura militar apenas foi positiva para as famílias que conseguiram obter privilégios: “por serviços prestados”<sup>22</sup>, ou seja, o contexto da sociedade cajazeirense era de efervescência científica e cultural, o que nos leva a compreender quantas denúncias foram realizadas, conduzindo os denunciados a serem perseguidos e levados a capital João Pessoa, para: “prestar depoimentos”.<sup>23</sup>

Assim, partir das memórias de Cajá, é possível observamos o cenário da ditadura militar sob a perspectiva de quem viveu, lutou e resistiu a esse momento da história de nosso país. É importante destacar ainda que Cajá, alerta que o capitalismo e a desigualdade social, são problemas que foram intensificados durante o regime militar<sup>24</sup>, que via em qualquer pensamento crítico uma ameaça, uma vez que apenas a cúpula militar era favorecida, ao povo restava somente sobreviver ao autoritarismo mascarado como uma forma de manutenção da ordem social.

Atualmente, uma crise política vem se arrastando desde o ano de 2016 no Brasil. A chapa Dilma Rousseff (PT) presidente, e o vice Michel Temer (PMDB) foram eleitos 2014, no entanto, a presidente já em seu segundo mandato sofre um impeachment no Congresso, acusada de atrasos nos repasses para bancos públicos e edição de decretos de crédito suplementar, assumindo assim o vice Temer.

A partir desse ocorrido, iniciou-se uma série de investigações, o que revelou esquemas e diversos políticos envolvidos em escândalos de corrupção no país. Os meios de comunicação de modo geral, noticiam diariamente as novas descobertas da polícia federal, bem como prisões e julgamentos. Além disso, a população tem ido às ruas e protestado contra a atual situação do país.

Em meio a estes protestos, uma parcela significativa da população brasileira, tem pedido a intervenção militar no país, a fim de que o problema da corrupção seja solucionado e

---

<sup>21</sup> Idem, pág. 52.

<sup>22</sup> Idem, pág. 52.

<sup>23</sup> Idem, pág. 52.

<sup>24</sup> Idem, pág. 52.

a ordem instaurada no país. Porém, é sabido, a exemplo do que foi vivido por Cajá, que a ditadura não traz a segurança que tanto o povo clama, mas sim, uma situação de terror e morte para a sociedade, uma vez que não tolera aqueles que não concordam com o sistema. Pesquisas recentes revelam que cerca 43% dos brasileiros defendem a volta do regime militar no país<sup>25</sup>.

É válido ressaltar ainda que, com o impeachment houve uma desestruturação no governo e caos se instalou no país, muito semelhante ao momento do pré-golpe, que acarretou em 1964, na instauração da ditadura militar.

Sendo assim, observamos que se faz necessário que a população lute por seus direitos, para assim, contribuir na melhoria de toda a sociedade, e que é de tamanha importância a participação dos indivíduos no âmbito político, não somente no momento do voto, mas expressando sua opinião e cobrando mais e mais de seus representantes, na busca por um país mais justo, como bem nos relata Cajá que:

Meter-se, por meio da luta política e ideológica na prática da política com um “P” maiúsculo e resgatar o valor e a dignidade da política partidária revolucionária e das entidades de representação dos verdadeiros interesses dos estudantes, coletivamente, enquanto for jovem. E amanhã, seja como trabalhador especializado, fazer o mesmo em relação ao sindicato da sua categoria, lutar não apenas por melhores salários, mas por uma nova sociedade de justiça e igualdade de oportunidade para todos e todas.<sup>26</sup>

Pensamos assim, que uma das formas de se manter o processo de lutas é não esquecer o passado, denunciando os crimes praticados pelo governo militar. Dessa forma, seja em Cajazeiras ou em qualquer município do país, é preciso manter acesa a memória dos desmandes militares, investigar os desaparecimentos dessa época. É necessário então compreender esse passado, para que se aprenda a resistir às formas de opressão. Para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça.

---

<sup>25</sup> Disponível em: <http://noticias.r7.com/coluna-do-fraga/43-dos-brasileiros-defendem-a-volta-da-intervencao-militar-diz-pesquisa-28092017>. Último acesso em: 28 de setembro de 2017.

<sup>26</sup> Idem, pág. 52.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender a ditadura militar em seus aspectos mais relevantes de acordo com nosso objeto de estudo, percebendo aspectos do seu início até o momento de redemocratização na política brasileira, destacando os efeitos desse regime no Estado da Paraíba, com ênfase para a cidade de Cajazeiras, através do movimento estudantil na pessoa de Edival Nunes da Silva (Cajá).

Em nosso trabalho perpassamos pelo contexto do pré-golpe, até o golpe definitivo em 1964, levando em consideração os governantes do regime e as medidas tomadas por estes, que levaram ao endurecimento do regime, e posteriormente a uma abertura do mesmo.

Já no contexto da ditadura na Paraíba, observamos que o regime militar conseguiu reformular a estrutura política do Estado, já que apoiar o golpe foi a melhor forma de permanência no poder. No entanto, não seriam apenas os grandes centros que seriam tomados pelos “anos de chumbo”, mas cidades influentes em relação à educação e à cultura, como a cidade de Cajazeiras, também sofreriam as represálias que o regime impunha aqueles que discordavam dos ideais militares.

Na cidade de Cajazeiras, o movimento estudantil tornou-se grande e forte frente a ditadura militar. Muitos jovens foram atraídos pelo movimento e realizaram inúmeras ações na cidade contra o sistema. Dentre os vários militantes, Cajá, apresenta-se como uma forte liderança do movimento estudantil, e chega a influenciar outros movimentos de lutas contra o regime.

Assim, a partir do exposto sobre a ditadura militar instaurada no Brasil, no contexto paraibano e da cidade de Cajazeiras, observamos que o golpe militar surgiu a partir de um grupo que visava seus próprios interesses, e que para alcançá-los não medem esforços mesmo que seja ferindo os direitos dos cidadãos, como de fato ocorreu.

Porém, apesar de sua longa duração, vinte e um anos, percebemos que para aqueles que eram a favor do regime, este foi um período de frustração, uma vez que apesar do terror que fora instalado em todo o país, o regime não conseguiu se estabelecer e teve seu fim decretado em 1985. Além disso, não resolveu os problemas do país, a economia foi comprometida, a segurança pública não melhorou e os movimentos culturais foram reprimidos.

É válido destacar que, além do fator acima mencionado, a repressão não foi capaz de calar a boca dos brasileiros, que mesmo se arriscando ou até mesmo perdendo as suas vidas, muitos foram capazes de levantar bandeiras contra a ditadura, através de vários grupos, onde destacamos neste, o movimento estudantil na cidade de Cajazeiras, que se fez ouvir e que não temeu as repressões e torturas das quais seus militantes foram submetidos, sendo isso, um reflexo do ocorria na grande maioria das cidades brasileiras, onde muitos e das mais diversas formas se levantaram contra o regime, clamando pela volta da democracia.

Desta forma, com esse trabalho buscamos compreender o contexto histórico da ditadura em nosso país e suas influências na vida dos indivíduos, com destaque para a figura de Cajá, como aqui já mencionado, militante e líder do movimento estudantil na cidade de Cajazeiras.

A partir de seu relato, foi possível observamos que a ditadura apenas favorecia aqueles que a apoiavam, enquanto que pensar diferente era “proibido”. No entanto, é perceptível também, a grande importância dos movimentos de resistência, pois a luta que ocorreu em Cajazeiras e em outras cidades brasileiras mostrava a tamanha insatisfação da população às medidas impostas pelo regime, o que contribuiu muito para o seu enfraquecimento, e conseqüentemente o seu fim, pois se sentia que o autoritarismo que fora imposto a cada ano vinha tornando-se insustentável.

## REFERÊNCIAS

BRAVO, Maria Inês Sousa & AMAZONEIDA, Potyara. **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez & Moraes, 2001.

BOMFIM, Júnior. **A carta renúncia de Jânio quadros foi entregue ao ministro da justiça, Pedroso Horta, em 22 de agosto de 1961**. Agosto de 2011. Disponível em: <http://juniorbonfim.blogspot.com.br/2011/08/carta-renuncia-de-janio-quadros-foi.html>. Data de acesso: 24 de julho de 2017.

DANTAS, Elder, NUNES, Paulo Giovani Antônio, SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania - João Pessoa: Editora da UFPB, 2014**. Disponível em: [http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/comissaodaverdade/wp-content/uploads/2014/12/Livro\\_Golpe-Civil-Militar-e-Ditadura-na-Paraíba-3.pdf.pdf](http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/comissaodaverdade/wp-content/uploads/2014/12/Livro_Golpe-Civil-Militar-e-Ditadura-na-Paraíba-3.pdf.pdf). Data de acesso: 01 de maio de 2017.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. 2009**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>. Data de acesso: 23 de junho de 2017.

FAIXA DE LP:

BUARQUE, Chico. GUERRA, Ruy. **Fado Tropical**. A arte de Chico Buarque. LP Duplo – 1975. Faixa 3, gravada em 1973. Disponível em: [http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id\\_Disco=DI00779](http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI00779). Data de acesso: 01 de outubro de 2017.

FAUSTO. Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

GOVERNO FEDERAL. **LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm). Data de acesso: 01 de outubro de 2017.

GUEDES, Lenilson. **Jornalista cajazeirense contará bastidores dos “anos de chumbo” no Sertão**. 2017. Disponível em: <https://osguedes.com.br/jornalista-cajazeirense-contara-bastidores-dos-anos-de-chumbo>. Data de acesso: 26 de julho de 2017.

GUIA PARAIBANO. **Difusora Radio Cajazeiras Completa 31 de maio, 52 anos de História**. 2017. Disponível em: [http://www.guiaparaibano.com.br/difusora\\_radio\\_cajazeiras\\_completa\\_31\\_de\\_maio\\_52\\_anos\\_de\\_historia,141097.html](http://www.guiaparaibano.com.br/difusora_radio_cajazeiras_completa_31_de_maio_52_anos_de_historia,141097.html). Data de acesso: 27 de julho de 2017.

LEVINO, José. **Fatos e efeitos da Ditadura Militar no Estado da Paraíba**. 2015. Disponível em: <http://averdade.org.br/2015/10/fatos-e-efeitos-da-ditadura-militar-no-estado-da-paraiba/>. Data de acesso: 20 de julho de 2017.



MACIEL, Aylton. **Cine Apolo XI; um caso sem solução.** 2017. Disponível em: <http://historiacajazeiras.blogspot.com.br/2012/04/cine-apolos-xi-um-caso-sem-solucao.html>. Data de acesso: 01 de maio de 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O Governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica.** Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2010/Historia/artigos/3mattos\\_artigo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/3mattos_artigo.pdf). Data de acesso: 10 de maio de 2017.

MELO, José Octavio de Arruda. **O problema do Estado na Paraíba: Da Formação à Crise. (1930-1996).** Campina Grande. EDUEP. 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOURA, Cristiano. **A bomba do Apolo 11, a história não concluída.** 2013. Disponível em: <https://coisasdecajazeiras.com.br/a-bomba-do-apolos-11-a-historia-nao-concluida/>. Data de acesso: 26 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **E quem são os Comunistas.** 2017. Disponível em: <https://coisasdecajazeiras.com.br/e-quem-sao-os-comunistas/>. Data de acesso: 26 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Governador recebe relatório dos bastidores da ditadura militar na PB.** 2014. Disponível em: <https://coisasdecajazeiras.com.br/governador-recebe-relatorio-dos-bastidores-da-ditadura-militar-na-pb/>. Data de acesso: 27 de julho de 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985.** 4ª ed. São Paulo: Atual, 1998.

NAVARO, Roberto. **História, quais foram as torturas utilizadas na época da ditadura Militar no Brasil.** 2016. Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/historia/quais-foram-as-torturas-utilizadas-na-epoca-da-ditadura-militar-no-brasil>. Data de acesso: 25 de julho de 2017.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Cassações de mandatos parlamentares no estado da Paraíba após o ato institucional Nº 5 (AI-5).** Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 - ANPUH – PB. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campina Grande, 25 a 29 de agosto de 2014, p. 529-540. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/anpuhpb/XVI/paper/view/2496/537>. Último acesso em: 28 de setembro de 2017.

PORTO, Dorinha de Oliveira; LAGE, Iveline da C. **CEPLAR história de um sonho coletivo: uma experiência de educação popular na Paraíba destruída pelo golpe de estado de 1964.** João Pessoa: Conselho Estadual de Educação – SEC, 1994.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. 3 ed. Rio de Janeiro. Ed Jorge Zahar. 2005.

REZENDE, Maria Jose de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade 1964-1984**. Londrina: Eduel. 2013.

RODRIGUES, Mariana. **Marcas da Memória**. Parte 01, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=72u4bjtrSis>. Data de acesso: 21 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Marcas da Memória**. Parte 02, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MnyuPEMmNrA&t=122s>>. Data de acesso: 21 de agosto de 2017.

ROLIM, Claudiomar Matias. **História de Cajazeiras: o último dos Moicanos**. 2013. Disponível em: <http://historiacajazeiras.blogspot.com.br/2012/04/voce-sabia.html>. Data de acesso: 26 de julho de 2017.

ROZOWKWIAT, Joana G. **50 Anos após o Golpe**. Recife: Cepe. 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=vNxBCwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Data de acesso: 02 de maio de 2017.

SANTOS, Teotônio. *Evolução histórica do Brasil da colônia à crise da "Nova República"*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCHNEERBERGER, Carlos Alberto. **Manual compacto de história do Brasil**. 1ª ed. – São Paulo: Rideel, 2010, p. 402 – 437.

SOARES, Gláucio Ari Dilon, D'ARAUJO, Maria Celina. **21 ANOS DE REGIME MILITAR balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro. Editora da fundação Getúlio Vargas. 1994.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do “sim senhor”**: a aliança renovadora nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). 2016. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/8373/2/arquivo%20total.pdf>. Acessado em: 25 de julho de 2017.

SODRÉ, Néelson. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUSA, Israel Soares de. **Educação popular e ensino de história local: cruzando conceitos e práticas**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/ UFPB), João Pessoa, 2015.

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO

Autora: Fernanda Suyane

Disciplina: Elaboração de Monografia

Questionado: Edival Nunes da Silva Cajá

Concedido à autora através de correio eletrônico, em 14 de setembro de 2017.

Pesquisa qualitativa sobre fatos ocorridos na Ditadura Militar, como fato relevante para a qualidade e entendimento do estudo buscado nessa Monografia, que levou em consideração a vivência de um militante da resistência à ditadura (1964-1985), à época, líder estudantil em Cajazeiras e depois em Recife, o sociólogo e ex-presos político Edival NunesCajá.

Perguntas:

#### **01 – Diante do cenário de pré-ditadura, qual sua visão de Brasil naquela época?**

O período pré-64 foi marcado pelo despertar da consciência social e da esperança dos jovens e das classes trabalhadoras num Brasil mais próspero, democrático, soberano em função das expectativas extremamente positivas das Reformas de Base do Governo João Goulart: Reforma Universitária, Reforma Agrária, Urbana, Tributária e Política. Por outro lado, as classes exploradoras dos ricos capitalistas e latifundiários viviam um sentimento oposto, de pavor e medo de perder seus seculares e absurdos privilégios de ter o governo da nação sob seus pés, desde as capitânicas hereditárias. Enfim, eles estavam diante da força das mobilizações das Ligas Camponesas, da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e do governo mais à esquerda de toda a história do nosso país. Era o clamor da imensa maioria, dos mais pobres do Brasil e da América Latina por mais direitos, por mais democracia e liberdade. Este clima de embate político e ideológico tomava de conta de quase toda a sociedade. Os enfrentamentos entre a direita e a esquerda me levaram a tomar uma posição, ainda muito jovem, a fazer uma opção por um dos dois lados. Minha primeira visão e engajamento político pela causa da justiça social se deu, quando me decidi a tomar parte da campanha em favor do NÃO ao Parlamentarismo, plebiscito realizado

em 6 de janeiro de 1963, quando a imensa maioria dos eleitores, 83% dos que compareceram às urnas, decidiram devolver ao nosso presidente, João Goulart, plenos poderes para governar o Brasil e derrotando, assim, a grande burguesia e as poderosas articulações dos banqueiros e do Departamento de Estado dos EUA.

## **02 – O Brasil precisava de alguma mudança política, social e econômica?**

Precisava, sim. Pois, a partir daquele momento histórico pré-64, as massas trabalhadoras da cidade e do campo passaram a assumir o seu protagonismo histórico, queria ser o porta voz de suas próprias reivindicações no terreno econômico e político e passou a exigir, por meio de mobilizações e das suas greves, que a sua pauta, a sua própria agenda fosse levada em consideração pelo Poder Executivo, Judiciário e o Congresso Nacional. A juventude e os trabalhadores começavam a despertar do longo sono da alienação a partir dos novos fenômenos históricos daquela conjuntura internacional onde os pobres eram protagonistas, como na revolução cubana, na libertação revolucionária da Argélia do colonialismo francês. Passaram a ter uma franca simpatia pelo socialismo, por revolucionários como Fidel Castro e Che Guevara, por educadores libertários como Paulo Freire e Anísio Teixeira, por governadores como Miguel Arraes e Leonel Brizola. E queriam, com toda justeza, que na hora de elaborar novas leis, seus direitos fossem consignados, seus salários fossem condizentes com sua estafante jornada de trabalho. E foi assim que eles conquistaram estabilidade no emprego, 13º salário, aposentadoria e estavam próximos de conseguir a reforma agrária e educação gratuita em todos os níveis para seus filhos. A Constituição, a estrutura de governo, o judiciário, a educação e as leis estavam defasadas, foram elaboradas unicamente pelos ricos, pelos patrões ou seus prepostos visando defender seus gananciosos interesses. As massas se deslocavam para viver nas grandes cidades e capitais do país em busca de melhor qualidade de vida, por isto, já naquela época, a luta reforma urbana.

## **03 – Durante o período de ditadura, ao seu ver, as pessoas viviam mais segura nas ruas?**

Para as pessoas de direita e os ricos, sim, havia mais segurança. Já para aquelas de esquerda, de pensamento crítico, nem precisavam ser militantes, bastavam ser um defensor(a) da democracia, dos direitos humanos, da liberdade de expressão, de um simples gesto de simpatia por um escritor ou livro de esquerda para viverem sob suspeitas, serem discriminadas, vigiadas, com telefones grampiados, por tanto, viviam, absolutamente, mais

inseguras. Viviam sob o tacão de um regime de perseguição. Foram milhares de pessoas exiladas, sequestradas, presas, estupradas, torturadas, assassinadas e, pasmem, muitos tiveram seus cadáveres ocultados, sem que seus familiares tivessem sequer o sagrado direito de dar uma sepultura a seus entes queridos, hoje, reconhecidos como heróis da democracia e liberdade. Foram crimes hediondos e de lesa-humanidade e tais crimes são imprescritíveis. Os torturadores e seus mandantes, entre eles os 5 generais ditadores-presidentes: Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Gaisel e João Figueiredo rasgaram a Constituição e cometeram graves violações dos direitos humanos e crimes perante as leis internacionais, conforme constatou a Comissão Nacional da Verdade, em seu Relatório e suas 29 Recomendações, entregues à presidência da República em 10 de dezembro de 2014.

Estudos sociológicos demonstram que nas sociedades onde se instalaram golpes militares e os golpistas e seus torturadores não foram punidos, como é o caso do Brasil, tais sociedades se tornaram mais violentas por causa da impunidade, que funcionam como estímulo a novas formas de violência e torturas. Já nas sociedades onde os torturadores e mandantes foram julgados e encarcerados, por meio da aplicação da justiça de transição, como ocorreu na Argentina, Chile e Uruguai, vive-se um clima de menos violência mais respeito às leis e aos direitos humanos.

#### **04 – Na sua opinião a ditadura trouxe algum benefício para a cidade de Cajazeiras?**

Não conheço, absolutamente, nenhum benefício público, para o povo de Cajazeiras, há exceções, de fato, algumas poucas famílias ganharam privilégios, cargos públicos ou promoções “por serviços prestados”. Pelo contrário, vários e brilhantes intelectuais, homens de cultura e ciência foram presos e levados à capital para “prestar depoimentos”. Como Cajazeiras era um grande centro de irradiação cultural e intelectual, as perseguições políticas e prisões se estendiam de João Pessoa à Cajazeiras, a cada pichação que fazíamos nos muros da cidade, “Abaixo a Ditadura!”. Qual o estudioso deste tema que não conhece o tristemente famoso atentado a bomba, no Cine Teatro Apolo 11, no horário e local, habitualmente frequentado pelo Bispo Diocesano, Dom Zacarias Rolim de Moura, em julho de 1975, causando duas mortes, feridos e pavor na cidade, com o objetivo de assassinar o senhor Bispo e colocar a culpa na esquerda para retardar a democratização do Brasil?

**05 – Os jovens e estudantes de Cajazeiras foram atuantes contra a ditadura imposta a eles?**

Nós, os jovens de Cajazeiras, demos a nossa contribuição, sim, na luta pelo fim da ditadura, que infelicitava a vida da nação realizando várias ações políticas de elevação do nível de consciência e organização dos estudantes e do povo, como a eleição do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual de Cajazeiras, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências e Letras de Cajazeiras, por meio das artes, do teatro, da cultura, Programa de Rádio, formação e participação nos Grupos de Jovens e algumas ações clandestinas, como pichação de palavras de ordem contra a ditadura. Também realizamos ações de massa, como o enfrentamento ao desfile de provocação da direita Cajazeirense, no dia da cidade, 22 de agosto de 1967, na Praça Coração de Jesus, quando adentravam à referida praça, umas 100 pessoas, vindas da Desembargador Boto, tendo à frente, uma senhorita vestida e coroada de rainha da Cruzada ABC da “Aliança para o Progresso”. Um projeto do governo dos EUA para fazer lavagem cerebral nos pobres da América do Sul e do Caribe. A linda moça portava uma bandeira dos EUA numa mão, e, na outra, uma do Brasil, sentado sobre um trono improvisado, em cima de um carro alegórico, coberto de cetim branco. E quando soou a senha, um longo apito de juiz de futebol, as lideranças dos estudantes arrebataram as duas bandeiras. E enquanto começava a arder em chamas a bandeira dos EUA, se sucedia inflamados discursos relâmpagos de denúncia dos crimes da ditadura patrocinada pelo imperialismo norte-americano e a bandeira do Brasil era hasteada num mastro improvisado. A agitação política, uma verdadeira festa cívica, foi duramente reprimida pelos soldados do Exército do “Tiro de Guerra” de Cajazeiras, sob o comando do capitão Barbosa, com seus fuzis em punho apontando para nós, enquanto procurávamos resistir com paralepípedos, até que tiros foram disparados, alguns companheiros levados para delegacia e outros, juntamente com alguns soldados, para o pronto socorro por conta de alguns ferimentos de natureza leve.

**06 – Tem alguma atitude que o sr. faria diferente daquela época?**

Seguramente que muitas ações, hoje, eu faria diferentes. Mas manteria os mesmos princípios de coerência, de batalhar coletivamente pela justiça e a fraternidade entre todos os povos da terra. A vida, sobretudo, a luta, as inúmeras formas de resistência à ditadura até o seu fim, em 1985, nos tornou mais experientes para seguir combatendo, enquanto vivermos. Agora, combatemos a sua causa, o injusto sistema capitalista, a perversa e monstruosa desigualdade

social, gerada por ele, que concentra a riqueza em um polo e a miséria no outro, tornando, assim, os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres em todo o mundo, até mesmo no país que mais acumulou riqueza no mundo, os EUA. Este tipo de sociedade embrutece os homens e as mulheres e empobrece espiritualmente a todos os seres humanos.

**07 – Diante do cenário atual do Brasil, o que, na sua opinião, poderia melhorar a visão política das pessoas, em relação aos nossos representantes?**

Em primeiro lugar, as pessoas só podem melhorar sua visão em relação aos seus representantes, se estes mudarem efetivamente, coisa improvável na deplorável conjuntura política atual. O sistema de sociedade em que vivemos atualmente está completamente ultrapassado, o sistema de democracia representativa, corrupta por sua própria natureza, criado pela burguesia, há muito não passa de uma tremenda enganação do eleitor, é uma democracia para os ricos, porém é uma ditadura para os trabalhadores, para os pobres. Basta estes realizarem uma greve legal e legítima para os donos das empresas chamarem a polícia para reprimir os trabalhadores em vez de negociar e atender suas reivindicações. E quando se trata de eleições, somente os patrões ou sua representação consegue se eleger seja para o executivo, legislativo e se for para a esfera do judiciário, também a escolha só recai sobre os filhos das tradicionais elites. Então vamos fazer uma reforma política, tá bem, mas quem aprovará esta reforma? Os mesmo que lá estão.

Sinceramente, para melhorar a visão dos eleitos é preciso melhorar a consciência política dos eleitores, de toda a sociedade e isto as classes dominantes não querem e nem permitem. Está aí a lei Escola sem partido, aprovada recentemente, exatamente para comprovar esta afirmação que acabo de fazer.

**08 – Qual seria seu conselho para os jovens brasileiros?**

Estudar a filosofia dialética, economia política da sociedade e lutar por uma revolução popular onde possa nascer um novo homem. Meter-se, por meio da luta política e ideológica na prática da política com um “P” maiúsculo e resgatar o valor e a dignidade da política partidária revolucionária e das entidades de representação dos verdadeiros interesses dos estudantes, coletivamente, enquanto for jovem. E amanhã, seja como trabalhador especializado, fazer o mesmo em relação ao sindicato da sua categoria, lutar não apenas por melhores salários, mas por uma nova sociedade de justiça e igualdade de oportunidade para

todos e todas. Uma sociedade sem exploradores e sem explorados e de relações de colaboração entre os homens. Numa sociedade assim, será fácil encontrar a felicidade, a verdadeira paz e a fraternidade entre os povos do mundo, tão sonhada pelo ser humano.